



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL  
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**ANA MARIA LICHINOSKI**

**DESEMPREGO NOS GOVERNOS FHC E LULA: UMA ANÁLISE SOBRE SEUS  
CONDICIONANTES**

**LARANJEIRAS DO SUL**

**2022**

**ANA MARIA LICHINOSKI**

**DESEMPREGO NOS GOVERNOS FHC E LULA: UMA ANÁLISE SOBRE SEUS  
CONDICIONANTES**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito parcial para a obtenção de grau de Bacharel em Ciências Econômicas da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Janete Stoffel e Prof<sup>ª</sup> Marisela Garcia Hernandez

**LARANJEIRAS DO SUL**

**2022**

### **Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS**

Lichinoski, Ana Maria

Desemprego nos governos FHC e Lula: uma análise sobre seus condicionantes / Ana Maria Lichinoski. -- 2022.  
61 f.:il.

Orientadores: Janete Stoffel, Marisela Garcia Hernandez

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -  
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de  
Bacharelado em Ciências Econômicas, Laranjeiras do Sul,  
PR, 2022.

1. Desemprego no Brasil. 2. Condicionantes do  
desemprego nos governos FHC e Lula. I. Stoffel, Janete,  
orient. II. Hernandez, Marisela Garcia, orient. III.  
Universidade Federal da Fronteira Sul. IV. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

**ANA MARIA LICHINOSKI**

**DESEMPREGO NOS GOVERNOS FHC E LULA: UMA ANÁLISE SOBRE SEUS  
CONDICIONANTES**

Trabalho de conclusão de curso de graduação  
apresentado como requisito para a obtenção de grau  
de Bacharel em Ciências Econômicas da  
Universidade Federal da Fronteira Sul.

Orientadora: Profª Janete Stoffel e Marisela Garcia  
Hernandez

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em 31/03/2022.

BANCA EXAMINADORA



Profª Janete Stoffel

Orientadora

Documento assinado digitalmente



WILSON CARMEIRO DE ALMEIDA JUNIOR  
EASC 28/04/2022 20:38:29-0000  
Verifique em <https://verificacao.br.br>

Prof. Antônio Carneiro de Almeida Junior

Avaliador

Documento assinado digitalmente



WILSON CARMEIRO DE ALMEIDA JUNIOR  
EASC 28/04/2022 17:38:29-0000  
Verifique em <https://verificacao.br.br>

Prof. Luis Claudio Krajevski

Avaliador

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar sou grata a Deus por ter me dado persistência ao longo de minha vida acadêmica e me amparado em momentos de desânimo. Ele permitiu que eu atravessasse as dificuldades e os desafios com garra e determinação, não perdendo o foco dos meus objetivos.

A minha eterna gratidão aos meus pais João Faot Lichinoski (in memorian) e Nelsi Aparecida Regelin Lichinoski (in memorian) que me apoiaram e me incentivaram nos estudos desde criança. A eles dedico com todo carinho e admiração o meu eterno amor e reconhecimento pelo apoio e confiança depositados em mim ao longo da minha vida.

Ao meu esposo André Ricardo Leite Babinski que sempre me apoiou e acreditou em mim desde o início. Aos meus irmãos que sempre estiveram presentes e de alguma forma contribuíram com meus estudos.

Gratidão à orientadora Marisela Garcia Hernandez, a qual estive como na construção de Monografia I, me dando apoio e suporte no pontapé inicial deste trabalho. Gratidão à orientadora Janete Stoffel, pelo suporte dedicado à finalização deste estudo e por todo carinho e paciência a mim dedicado em um momento de extrema vulnerabilidade emocional e psicológica.

Aos meus amigos sempre lembrados, pelo companheirismo, pelas boas conversas, pelas boas risadas e pelos estudos. Obrigada pelo apoio ao longo da minha vida acadêmica, compartilhando experiências e conhecimentos.

Por último mas não menos importante, a todos os meus professores que foram fundamentais para minha formação, e que sem eles nada seria possível. Minha infinita gratidão a todos os colaboradores da Universidade Federal da Fronteira Sul, campus de Laranjeiras do Sul.

A todos, meus sinceros agradecimentos. Obrigada por fazerem parte da minha história.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Gráfico 1.</b> Taxa de desemprego nos governos FHC.....	<b>31</b>
<b>Gráfico 2.</b> Participação do investimento no PIB FBCF/PIB no governo FHC (%).....	<b>32</b>
<b>Gráfico 3.</b> Taxa de crescimento do PIB no governo FHC (%).....	<b>33</b>
<b>Gráfico 4.</b> Evolução do salário mínimo real no governo FHC (ano base 1994=100).....	<b>35</b>
<b>Gráfico 5.</b> Taxa de juros Selic no governo FHC (em meses selecionados).....	<b>36</b>
<b>Gráfico 6.</b> Taxa de câmbio nos governos FHC.....	<b>37</b>
<b>Gráfico 7.</b> Composição das exportações (% do total) no governo FHC.....	<b>39</b>
<b>Gráfico 8.</b> Saldo da balança comercial por intensidade tecnológica no governo FHC (US\$ FOB bilhões).....	<b>41</b>
<b>Gráfico 9.</b> Taxa de desemprego nos governos Lula.....	<b>42</b>
<b>Gráfico 10.</b> Participação do investimento no PIB FBCF/PIB no governo Lula (%).....	<b>44</b>
<b>Gráfico 11.</b> Taxa de crescimento do PIB no governo Lula (%).....	<b>45</b>
<b>Gráfico 12.</b> Evolução do salário mínimo real no governo Lula (ano base 1994=100).....	<b>47</b>
<b>Gráfico 13.</b> Taxa de juros Selic no governo Lula (meses selecionados).....	<b>48</b>
<b>Gráfico 14.</b> Taxa de câmbio nos governos Lula.....	<b>49</b>
<b>Gráfico 15.</b> Composição das exportações (% do total) no governo Lula.....	<b>50</b>
<b>Gráfico 16.</b> Saldo da balança comercial por intensidade tecnológica no governo Lula (US\$ FOB bilhões).....	<b>51</b>

## LISTA DE SIGLAS

BNDES- Banco Nacional de Desenvolvimento  
CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados  
CGV - Cadeias Globais de Valor  
EUA - Estados Unidos da América  
FHC - Fernando Henrique Cardoso  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IED- Investimento Extranjeiro Direto  
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
LULA- Luiz Inácio Lula da Silva  
MDIC- Secretaria de Comércio Exterior  
PAC- Programa de Aceleração do Crescimento  
PEA- População Economicamente Ativa  
PIB- Produto Interno Bruto  
PME- Pesquisa Mensal de Emprego  
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios  
RAIS - Relação Anual de Informações Sociais  
SECEX- Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>7</b>
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO</b>	<b>11</b>
2.1 O INVESTIMENTO COMO FATOR DETERMINANTE DO EMPREGO	11
2.2 TRANSFORMAÇÕES PRODUTIVAS E A DINÂMICA DO EMPREGO NA ECONOMIA CONTEMPORÂNEA	15
2.2.1 Reestruturação produtiva	15
2.2.2 Cadeias Globais de Valor	19
<b>3. METODOLOGIA</b>	<b>21</b>
3.1. DELINEAMENTO DA PESQUISA	21
3.3. PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DE DADOS	22
<b>4. ANÁLISES E RESULTADOS</b>	<b>23</b>
4.1 CONJUNTURA BRASILEIRA NO PERÍODO DE 1995 A 2010	23
4.3.1 Governo FHC	24
4.3.2 Governo Lula	29
4.2 CONDICIONANTES DO DESEMPREGO NO GOVERNO FHC	32
4.3 CONDICIONANTES DO DESEMPREGO NO GOVERNO LULA	42
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>52</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>54</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O desemprego constitui-se na falta de uma fonte de renda indispensável para qualquer tipo de sobrevivência digna. Deste modo, o estudo do desemprego tem alta relevância devido às suas consequências sociais, haja vista que a renda vinda do emprego representa para a maioria da população o único fluxo de renda que lhes permite sua sobrevivência. No âmbito social, altas taxas de desemprego significam o aumento de índices de pobreza e, portanto, da desagregação social e criminalidade. Na esfera econômica, o aumento do desemprego significa menores patamares de demanda agregada, tendo em vista a importante redução no consumo de bens e serviços, significando baixo crescimento. Em países com programas sociais também significa maiores gastos governamentais direcionados ao seguro-desemprego e aos programas de distribuição de renda (SINGER, 1999).

A interpretação de desemprego segundo o IBGE (2021) refere-se à população na idade de trabalhar que não está ocupada, mas está disponível para trabalhar. A capacidade de ofertar força de trabalho provém dos trabalhadores, que vendem sua mão de obra, sua aptidão para produzir, a qual é indispensável para a geração da riqueza de uma sociedade. No entanto, do ponto de vista da teoria econômica heterodoxa, *o nível de emprego não é determinado pelo trabalhador e sim pelas empresas e pelo governo*, pois ele é resultado do nível de investimento produtivo, no qual o trabalhador não possui nenhuma possibilidade de intervenção. O trabalhador apenas vende a mercadoria ‘força de trabalho’ a um determinado preço, o salário. Assim, a um nível menor de investimento, corresponde um menor nível de emprego (SINGER, 1999).

Como resultado das transformações capitalistas contemporâneas, o desemprego não se limita apenas aos trabalhadores não qualificados, mas também alcança uma imensa quantia de trabalhadores qualificados, que se juntam ao exército industrial de reserva (desempregados). Da mesma forma, cada vez mais o emprego não implica em formalidade; é crescente a massa de trabalhadores que não possuem um emprego formal, isto é, não é celebrado um vínculo formal entre empregador e empregado, onde o trabalhador é expropriado de seu direito de ser protegido pelas leis trabalhistas (POCHMANN, 2001).

No Brasil, o emprego e as relações de trabalho foram profundamente abaladas nos anos 1990, como resultado das consequências da crise dos anos 1980, da implantação de

políticas de caráter neoliberal, assim como das profundas transformações da economia mundial. Em nível mundial, já na década de 1970 observou-se baixo crescimento, assim como a diminuição da margem de lucro das grandes empresas dos países desenvolvidos, conduzindo ao acirramento da concorrência, resultando em uma intensa reestruturação produtiva que possibilitou o aumento da produtividade, a diminuição de custos e a adaptação às flutuações da demanda. Esta reorganização produtiva se ancorou em uma nova base técnica vinda da Terceira Revolução Industrial, assim como na *reorganização da relação capital-trabalho* (POCHMANN, 2001).

A partir da década de 1980, o mundo passa a vivenciar um novo ciclo de políticas de Estado emanadas dos EUA e da Inglaterra, com vistas à saída da crise vivenciada por estas economias, cujas medidas podem ser resumidas no Consenso de Washington e apresentam caráter neoliberal, cuja essência é promover redução da participação do Estado na economia. (LACERDA et al., 2010).

As transformações acima mencionadas confluíram tanto para a diminuição de investimentos produtivos, se comparado com os anos de 1950 a 1970, assim como para a flexibilização do uso do capital e particularmente do trabalho. Seus resultados foram a incidência de forma importante no aumento da taxa de desemprego, na ampliação do trabalho informal, assim como na redução dos direitos trabalhistas (LACERDA et al., 2010).

Somado ao desemprego, observa-se o aumento da informalidade, e, portanto, da deterioração das condições de trabalho, da proteção trabalhista, assim como da redução da remuneração. Soma-se a esse processo a crescente precarização dos empregos formais trazendo importante deterioração das condições do trabalho e remuneração, da mesma forma que ocorre crescente desigualdade salarial na realização de uma mesma tarefa entre os trabalhadores com carteira assinada e os trabalhadores informais, sendo substancialmente maior para os primeiros (TAFNER, 2006).

No Brasil, de acordo com os dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) realizada pelo IBGE, a partir de 1995 a taxa de desemprego apresentou uma curva ascendente até o início do primeiro governo Lula. O governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-2002) iniciou com uma taxa de desemprego de 4,6% a.a. aumentando para 7,6% em 1998. No governo de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) (2003-2010), a seu primeiro governo iniciou com uma taxa de 12,3% a.a. e findou o segundo governo com uma taxa de 6,7% a.a., reduzindo em quase 50% a taxa de desocupação. No entanto, mesmo havendo a queda da taxa

de desemprego no governo Lula ela ainda é superior à taxa do início do governo FHC, e que em ambos os governos o aumento do emprego informal e da precarização do trabalho esteve presente.

Em virtude disso, esta pesquisa busca compreender quais os principais condicionantes do desemprego nos governos FHC e Lula, considerando o período de 1995 até 2010, identificando as possíveis causas das diferenças no seu comportamento. Para isso, é necessário compreender como o fator investimento se relaciona na geração de emprego, bem como as transformações produtivas a nível mundial nas últimas décadas, e como cada governo conduz esses fenômenos de investimentos e mudanças produtivas. Entendemos que a compreensão dos condicionantes do desemprego é indispensável para pensar sua solução, preocupação que deveria ser central na agenda de qualquer governo que de fato represente os interesses da maioria da população.

Com base nisso, o presente estudo centraliza sua problemática na evidência dos principais condicionantes do desemprego no Brasil nos governos FHC e Lula. Para isso é traçado o objetivo geral desta pesquisa, fundamentada na análise desses principais condicionantes do desemprego para estes dois governos. Para alcançar o objetivo geral deste estudo, são estabelecidos os objetivos específicos que se sustentam em:

- a) Identificar as principais condicionantes implicadas nas alterações da evolução do desemprego no capitalismo contemporâneo;
- b) Apresentar os processos internos vinculados à evolução do desemprego, considerando os governos FHC e Lula;
- c) Analisar os fatores internos e externos que explicam as diferenças no comportamento do desemprego nos governos FHC e Lula.

Determinados os objetivos deste estudo, busca-se justificar a escolha dessa temática com base nas transformações da economia mundial contemporânea que modificaram profundamente a estrutura produtiva, o mercado de trabalho e o emprego em si mesmo.

No Brasil, de acordo com os dados do IPEA(2021), a média da taxa anual de desemprego dos anos 1990 a 2002 cresceu em torno de 70%. Além disso, a informalidade no emprego passou a ser cada vez mais presente no mundo do trabalho, tendo crescentes índices a partir no governo FHC.

A presente monografia justifica-se pela importância socioeconômica que o emprego possui em qualquer país, não somente no seu efeito multiplicador na economia - vinculado com a vitalidade socioeconômica de um país, estado, região ou município -, mas fundamentalmente pelo significado que têm na qualidade de vida da ampla maioria da população brasileira.

A delimitação do período, a partir do primeiro governo FHC em 1995, finalizado em 2002, até o fim do segundo governo Lula em 2010, justifica-se pelo comportamento diferenciado do objeto de estudo expresso nas oscilações da evolução da taxa de desemprego de cada governo. Pois enquanto nos governos FHC apresenta-se uma taxa de desemprego ascendente; nos governos Lula essa taxa é decrescente.

Além da contribuição para fins acadêmicos, a escolha desta temática justifica-se pela relevância que o emprego possui para a vida das pessoas, assim como pelas importantes transformações, quantitativas e qualitativas, que têm experimentado no capitalismo contemporâneo, com uma tendência à diminuição e precarização.

Com base nisso, a estrutura da monografia está dividida em dois capítulos de referencial teórico. O primeiro aborda o investimento como fator determinante do emprego, o segundo trata das transformações produtivas e a dinâmica do emprego na economia contemporânea, apresentando a reestruturação produtiva e as cadeias globais de valor. Após o embasamento teórico, é apresentada a metodologia do estudo. Por fim, é trazido os governos Fernando Henrique Cardoso (FHC) de 1995 a 2002, e Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) de 2003 a 2010 para finalmente analisar os resultados dessa pesquisa.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico está dividido em duas partes. Na primeira e na segunda parte são analisados os fenômenos que condicionam de forma geral o comportamento do emprego na contemporaneidade: o investimento e as transformações produtivas.

Entendemos que o investimento é a variável geral que condiciona a demanda por emprego no sistema capitalista, mas seu comportamento vincula-se às transformações produtivas datadas em tempo histórico. Assim, partindo da ótica Keynesiana, a seção 2.1 trata-se do investimento como determinante mais geral da demanda por emprego. Posteriormente, na seção 2.2 são apresentadas duas transformações produtivas do capitalismo contemporâneo – reestruturação produtiva e cadeias globais de valor – como condicionantes externas que influenciam de forma relevante o mercado de trabalho, em particular a demanda por emprego.

### 2.1 O INVESTIMENTO COMO FATOR DETERMINANTE DO EMPREGO

Este tópico baseia-se fundamentalmente na teoria de Keynes (1996), tendo como base a linha teórica heterodoxa, segundo a qual o investimento é caracterizado como fator determinante de emprego. O efeito multiplicador resultado da decisão de investimento traz efeitos significativos em termos sociais e econômicos, e quem decide pelo investimento (produtivo) tem o poder de gerar emprego. No entanto, essas decisões podem não acontecer por momentos de incertezas, provocando o desemprego.

O conceito de pleno emprego e o princípio da demanda efetiva são abordados por Keynes em sua obra Teoria geral do emprego, do juro e da moeda. Para Keynes (1996), a condição de pleno emprego não se enquadra em um caso geral, mas sim como um caso excepcional, isto é, não é a regra de comportamento da economia capitalista, esta se caracteriza pela existência de algum nível de desemprego.

Segundo Macedo e Silva (1999, p. 159), a situação de equilíbrio com pleno emprego significa que:

(...) numa situação de pleno emprego, igualam-se a oferta (por parte dos trabalhadores) e a demanda (por parte dos capitalistas) de trabalho. No pleno emprego, todos os indivíduos que, nas condições vigentes, desejam trabalhar, já estão empregados .

No entanto, Keynes (1996) utiliza a hipótese de que o estado de pleno emprego apenas seria alcançado quando os gastos totais, expresso pela demanda agregada  $[DA=C+I+G+(X-M)]^1$ , que constituem a demanda efetiva total, consigam absorver toda a força de trabalho de uma economia, constituindo-se o pleno emprego. Portanto, trata-se de um grau de produção elevado o bastante para que os fatores produtivos, como a mão de obra e as maquinarias por exemplo, não fiquem ociosas. Para Dillard (1982, p. 28) “o ponto de partida lógico da teoria do emprego de Keynes é o princípio da procura efetiva. O emprego depende da procura agregada e o desemprego é o resultado de uma carência de procura agregada.”

A relação de emprego e investimento, com base no multiplicador de Keynes, indica que todo aumento de investimento resultará em um aumento de emprego e renda, da mesma forma que, um nível baixo de investimento provocará uma baixa na renda, na demanda agregada e no nível de emprego. Neste sentido, observa-se que a variável determinante da demanda agregada é o investimento, o qual por consequência determinará também o nível de renda e de emprego. Desse modo:

O pleno emprego depende da procura agregada e o desemprego é o resultado de uma carência de procura agregada. A procura efetiva se manifesta pelo gasto do rendimento. Quando o emprego aumenta, aumenta o rendimento. É um princípio fundamental que quando o rendimento real de uma comunidade aumenta, aumentará também o consumo, porém menos do que o rendimento. Em consequência, para que haja procura suficiente para manter um aumento de emprego tem que haver um aumento no investimento real igual à diferença entre o rendimento e a procura de consumo originada desse rendimento. Em outras palavras, o emprego não pode aumentar a não ser que aumente o investimento. Esta é a viga mestra do princípio de demanda efetiva (DILLARD, 1982, p.28).

Levando em consideração a demanda efetiva como fator essencial para a geração de investimento e emprego, Keynes (1996) desconsidera a Lei de Say que parte do princípio de que a oferta gera sua própria demanda. Para o primeiro nem tudo o que é ofertado é demandado, em razão de que a economia não se move em um fluxo circular entre oferta e demanda, pois da mesma maneira que um trabalhador pode não gastar o total de sua renda somente em bens de consumo, os empresários podem não investir o total de seus lucros em meios de produção. Desse modo, a decisão de investimento produtivo do empresário afeta de forma positiva ou negativa o volume de emprego. Este resultado não acontece quando o

---

<sup>1</sup> Demanda Agregada= Consumo+Investimento+Gastos do Governo+(Exportações-Importações).

empresário decide alocar seu capital no mercado financeiro, por exemplo na compra de títulos da dívida, pois este gasto não se constitui em investimento conforme a interpretação que este trabalho utiliza.

Para melhor compreender a relação entre o emprego e o investimento, é necessário evidenciar a definição do Princípio de Demanda Efetiva, sobretudo a função efetuada pela moeda<sup>2</sup> em uma estrutura econômica capitalista, compreendida por Keynes (1996) como uma “economia monetária de produção”. Keynes aponta na Teoria Geral que a moeda cumpre um papel além de ser um meio de pagamento ou unidade de conta. Para ele, a moeda é o propósito decisivo da atividade produtiva, na qual a finalidade dos empresários/investidores, guiados pelo desempenho da concorrência capitalista, é prezar pela riqueza (mensurada em unidades monetárias). Este propósito decisivo pode-se cumprir em dois âmbitos: a) no meio produtivo, quando um capitalista decide investir em máquinas, matérias primas e empregar mão de obra e pôr em atividade os bens de capital, e b) no meio financeiro (BELLUZZO, 2004).

Keynes apresenta a chance de os detentores de capital conterem a moeda, diante de situações de incerteza, o que define a essência do capitalismo e determina a decisão de desembolso por parte dos empresários, especialmente daqueles que têm em sua capacidade a intenção de investir, gerando produtividade e emprego. Dessa maneira, ao conter/reter moeda adiando o investimento por razões de incertezas, o capitalista passa a estabelecer, mesmo que de maneira indireta, o desemprego, pois não aloca seu capital na produção, onde são gerados os empregos, isso porque se não houver novos investimentos, não há aumento da produção, não se eleva a produtividade e não existe necessidade de contratar novos empregados (CARVALHO, 2008).

Dessa maneira, o Princípio da Demanda Efetiva propõe que os gastos são definidos em situações de incerteza, e conseqüentemente, o nível de emprego. Portanto, para Keynes (1996), a função da demanda por trabalho não é estabelecida particularmente pelo mercado de trabalho, mas sim é resultado da decisão de gastar dos agentes econômicos, sobretudo os gastos dos empresários na esfera da produção. Sendo que na ótica do empresário, existe a

---

<sup>2</sup> Para Keynes (1996) à moeda são atribuídas três funções: a) Unidade de conta: para Keynes essa função é a principal em uma economia monetária de produção, porque somente com a unidade de conta é possível realizar contratos em uma economia e os débitos e preços devem ser primeiramente denominados por essa função; b) função de meio de pagamento: refere-se a cumprir suas obrigações contratuais encerrando qualquer vínculo de crédito e débito e trocas gerais; c) função reserva de valor: a moeda garante o poder de compra no futuro.

possibilidade de gerar riqueza no meio financeiro, apesar de neste espaço a geração de emprego não ocorrer na proporção em que ocorre no investimento produtivo.

De acordo com Keynes, os capitalistas alocarão a moeda no mercado produtivo se esta ação lhes permitir ter expectativas de retorno/lucro que compense seus investimentos, através das futuras receitas recebidas pela venda de sua produção. Assim, a decisão de investir é fundamental em uma economia capitalista, e é a partir desta decisão que será determinado o nível de emprego. Não está no poder do trabalhador a decisão de arranjar um emprego, mas sim no poder dos empresários, que através de boas expectativas de retorno irão investir seus recursos em novas instalações, ou aumentar suas instalações já presentes para ampliar a produção (CARVALHO, 2008).

Em situações de incertezas, e considerando que os empresários têm a moeda como o bem mais desejado e é o parâmetro de apreciação da riqueza, estes podem, em algum espaço de tempo, não efetivar gastos. Diante disso a economia passaria a trabalhar com uma linha inferior no que se refere ao pleno emprego, resultando no desemprego involuntário dos trabalhadores. Assim, quando o empresário decide pela liquidez, ou a colocação de seus lucros nos mercados financeiros, a economia trabalha com desemprego, ou seja, passa-se a um nível inferior ao de pleno emprego (MACEDO E SILVA, 1999).

Desta forma, Keynes estabelece sua teoria com foco na demanda agregada como principal determinante do nível de emprego, ou seja, da quantidade de emprego, que por sua vez procede do valor do investimento.

Outra variável analisada por Keynes (1996) de maneira secundária é o consumo, visto que ele responde à demanda efetiva da economia. Cada vez que há o aumento de rendimento, simultaneamente há um aumento no consumo. No entanto, o consumo crescerá em proporção menor do que o rendimento, assim não permitindo o acréscimo de emprego a não ser que se elevasse o investimento até atender a diferença entre consumo e rendimento, ou seja:

De todo aumento do rendimento agregado, menos de 100 por cento serão gastos em bens de consumo, e, por conseguinte, a produção de bens de consumo deve ser menos de 100 por cento do volume global de produção. A não ser assim, o que se produz não corresponderá ao que se procura em consequência do rendimento aumentado. Na ausência de um aumento na procura de investimento, os homens de negócio que empregam os operários adicionais para aumentar o volume de produção não poderão vender tudo o que produzem, a não ser que vendam com prejuízo. Se os novos operários contratados se destinam todos a produzir bens de consumo, haverá uma procura insuficiente para comprar tais bens a preços proveitosos para os empresários, porquanto somente parte do rendimento recém criado será gasto na

aquisição de bens de consumo. [...] Disto se originam perdas, porque todos os operários adicionais foram empregados a produzir bens de consumo, e da procura adicional somente uma parte será destinada aos bens de consumo. Mas se os operários novos forem postos a produzir bens de consumo em proporção inferior a 100 por cento, não haverá mercado para os bens que não são de consumo (bens de investimento) na ausência de um aumento da procura de investimento. Num e noutro caso advirão perdas porque os rendimentos obtidos pelos empresários serão menos que suficientes para cobrir os custos totais do nível acrescido de emprego (DILLARD, 1982, p.34).

Dessa forma, o emprego e a produção apenas encontrarão o equilíbrio quando o rendimento ultrapasse o consumo em uma quantidade correspondente a toda quantidade existente do investimento. Reafirmando outra vez o princípio de que o emprego não aumenta se não houver aumento de investimento.

Compreendido o papel do investimento sobre o emprego, é importante levar em consideração como é a nova dinâmica do emprego com as transformações produtivas da economia contemporânea, como será discutido na seção a seguir.

## 2.2 TRANSFORMAÇÕES PRODUTIVAS E A DINÂMICA DO EMPREGO NA ECONOMIA CONTEMPORÂNEA

Neste tópico serão abordadas questões relacionadas às mudanças no mundo do trabalho em nível mundial derivadas de duas transformações produtivas: a reestruturação produtiva e as cadeias globais de valor. Entendemos que esses fenômenos são indispensáveis para explicar as mudanças no mundo do trabalho no âmbito global, afetando em maior medida as economias subdesenvolvidas.

### **2.2.1 Reestruturação produtiva**

A reestruturação produtiva é caracterizada como um novo modelo de produção impulsionada pela Terceira Revolução Industrial e pela liberalização econômica a partir da adoção de políticas de cunho neoliberal (DEDECCA, 1997). Segundo o autor, este modelo, de maneira geral, visa o ganho de maior flexibilidade, tanto de trabalho quanto de capital, como meio de diminuir os custos de produção, aumentando a produtividade e a competitividade. A reestruturação produtiva teve seus aspectos ampliados pelo acelerado progresso e integração no sistema de produção de inovadores instrumentos tecnológicos e flexíveis, assim como do

uso de novos modelos organizacionais e da subcontratação de produtos e serviços.

Os primeiros indícios da reestruturação produtiva se apresentaram a partir de 1970 com as modificações da direção das economias capitalistas desenvolvidas, apontando o rompimento do modelo de produção fordista, afluído a partir da Segunda Guerra Mundial, o qual detinha um círculo virtuoso entre investimento, produção, renda e consumo (OLIVEIRA, 1998).

Para o mesmo autor, a estrutura socioeconômica da época apresentava instabilidade com altas taxas de inflação, aumento generalizado de salários sem importantes aumentos na produtividade, e um excesso de produção em termos da capacidade de demanda. Estes fatores, conforme o autor, implicaram na perda de força do padrão de industrialização, juntamente com o desgaste potencial da execução do progresso técnico e o saturamento do mercado internacional, abrindo espaço para um expressivo desequilíbrio econômico global, com redução da rentabilidade, com propensão à inflação, recessão e desemprego.

Com o cenário mundial oscilante devido à crise mundial, passa a existir uma expansão da concorrência entre os grandes conglomerados empresariais. Neste contexto, o Japão se destaca com uma organização industrial inovadora, que decorreu de uma intensa reestruturação produtiva na área manufatureira, sustentada pela microeletrônica, dando abertura para a Terceira Revolução Industrial (BALTAR e PRONI, 1996).

De acordo com esta fonte, a economia japonesa dotada desse novo modelo de produção, tornou-se mais oportuna em concorrer no comércio internacional. As outras potências passam a competir no mesmo nível do Japão quando elas adotam modelo de produção semelhante para conservarem sua competitividade. Assim, é nestas circunstâncias que surge a reestruturação produtiva, derivada do avanço tecnológico inovador associada ao aprimoramento da microeletrônica - aplicada na robótica, telemática, informática e telecomunicações - ao uso de novos materiais, novas fontes de energia, e ao desenvolvimento da biotecnologia. Em concomitância com esta nova estrutura produtiva, ocorre a flexibilização dos direitos trabalhistas como estratégia de competição (BALTAR e PRONI, 1996).

Desse modo, as máquinas que anteriormente dispunham de uma única função dão espaço às novas máquinas, agora com desempenho flexível, multifuncional e com maior produtividade. O novo instrumento de trabalho (derivado da microeletrônica) mostra “[...] a

particularidade de serem programáveis, vale dizer, serem capazes de incluir instruções para séries alternativas e diferentes de operações” (CORIAT, 1988, p. 21). Logo:

[...] a flexibilidade do processo produtivo repousa, basicamente, na característica programável que as novas tecnologias de informação permitem transferir para a geração atual de máquinas-ferramenta e manipuladores. A preparação de uma linha de máquinas e de manipuladores dotados previamente de diferentes séries alternativas de modos de operação permite a fabricação simultânea, se necessário, e de maneira automática, de uma gama de peças diferentes, a partir de produto(s) elementar(es) ou produto de base (CORIAT, 1998, p. 32).

Assim, com a nova tecnologia é possível ajustar as máquinas de acordo com a quantidade necessária de produção, bem como fabricar diferentes modelos de produtos conforme as oscilações do mercado e as exigências de produção. Em outras palavras, as novas máquinas são adaptáveis para produzir menores ou maiores quantidades de produtos diversificados, atendendo a demanda dos consumidores de uma forma rápida e eficaz, sem gerar grande quantidade de estoques, ou seja, fabricar apenas o que for vender em um período curto de tempo, relacionando diretamente a produção com a demanda através dos gerenciamentos de produção denominados *Just-in-time* e *Kanban*<sup>3</sup>.

Diferentemente da produção do estilo fordista, em que o trabalho é baseado na divisão técnica em funções determinadas e descomplicadas, o modelo de produção flexível exige uma mão de obra com habilidade interdisciplinar, ou seja, um funcionário que exerce várias funções e que manuseie diversos maquinários num mesmo expediente. Ao invés de setores de produção dentro uma fábrica, é usada neste modelo flexível de produção a chamada ilha de fabricação, onde as máquinas ficam ao entorno do operário, e este manuseando a produção de uma ou diversas peças dentre várias máquinas, do começo ao fim, sem a necessidade de passar por diferentes setores e de esperar o momento certo de operar a máquina, realizando a fabricação do produto sem pausas ou intervalos (POCHMANN, 2001).

Outra atribuição relacionada à reestruturação produtiva está voltada à terceirização de produtos e serviços por parte das indústrias. Essa condição tende a levar a empresa a focar a produção em seu principal produto, deslocando as operações consideradas secundárias para

---

<sup>3</sup> O *just-in-time* significa “na hora certa”, esse fundamento determina o quê, quanto e quando produzir, sem a geração de estoques, produzindo apenas o que irá ser consumido no momento. Essa função é atribuída ao *kanban*, que é complementar ao *just-in-time*, ele se resume em inverter as normas convencionais de gestão de estoque, ou seja, “ao invés das ordens de fabricação se fazerem ‘em cadeia’ no sentido dos postos A, B... (n), são feitos no sentido (n) ...B, A” (CORIAT, 1988, p. 50). Neste contexto, o gerenciamento *kanban* compreende encaminhar pedidos de serviços para a empresa, apresentando as vendas efetuadas da produção.

outras empresas, terceirizando essas atividades. A subcontratação permite simplificar a gestão organizacional, visto que reduz a variedade de medidas de organização do trabalho e da produção. Com isso, a empresa reduz suas operações e, conseqüentemente, seus custos, reforçando o controle de qualidade, sendo este último um dos elementos fundamentais para encarar a concorrência (POCHMANN, 2001).

A redução do circuito produtivo e a modificação da divisão do trabalho no interior das fábricas, juntamente com o fortalecimento tecnológico nas máquinas e o estímulo ao trabalhador multifuncional caracterizaram o novo modelo de produção, os quais trouxeram sérias e profundas transformações no mundo do trabalho. Os capitalistas, na busca por maior produtividade, associada a menores tempos e custos de produção, restringiram grande parte dos postos de trabalho, onde muitos trabalhadores são excluídos do mercado de trabalho formal, e a informalidade passa a ser a realidade de grande parte dos trabalhadores (MATTOSO, 1995).

Para o mesmo autor, se por um lado a nova forma produtiva trouxe benefícios às grandes empresas, em termos de competitividade e redução de custos, por outro lado se alteraram intensamente as relações de emprego por meio da flexibilização da força do trabalho, diminuindo não somente a quantidade de mão de obra empregada, mas também a qualidade do emprego, advinda por exemplo das subcontratações.

As empresas focando apenas em sua atividade central, passam a subcontratar serviços ou produtos considerados secundários nas etapas de produção, apenas agregando valor ao produto final. Neste processo muitos trabalhadores são estimulados a atuar de forma terceirizada para a empresa na qual antes eram empregados. Desse modo, as empresas que subcontratam as atividades não centrais não estabelecem nenhum vínculo formal com a mão de obra subcontratada, flexibilizando a mão de obra conforme a necessidade de produção, abrindo ainda mais o espaço para a informalidade do trabalho (DIEESE, 2003).

Seguido da reestruturação produtiva, surge um segundo fenômeno do capitalismo contemporâneo denominado como Cadeias Globais de Valor (CGV). A reestruturação produtiva por si só já abalou intensamente o mercado de trabalho por meio da demissão em massa e das subcontratações, e juntamente com as CGV o cenário de deterioração do emprego e das condições de trabalho veio se apresentando de maneira nada otimista para os trabalhadores, como mostra o tópico a seguir.

### 2.2.2 Cadeias Globais de Valor

Na busca pela redução de custos, no contexto de forte concorrência e baixa demanda, na década de 1980 surge uma nova organização da produção baseada na fragmentação do processo de produção e sua descentralização a nível mundial. As empresas transnacionais deslocam seus elos de produção, intensivos em trabalho, para os países periféricos com vistas à redução de seus custos com força de trabalho. Já as partes intensivas em tecnologia e, portanto, em agregação de valor, são retidas nas matrizes das empresas sediadas nos países centrais (POCHMANN, 2001).

As atribuições dos países centrais e periféricos são fundamentadas pela distribuição dos elos das CGV, nos quais há uma hierarquia na qual há países que detêm a tecnologia e países que possuem força de trabalho, em que os primeiros são os países desenvolvidos e os outros os subdesenvolvidos. As CGV são o segundo fenômeno do capitalismo contemporâneo e são caracterizadas por um sistema de ações fundamentais para a fabricação e a distribuição de produtos até o consumidor final. O atributo do procedimento como cadeia de valor está relacionado em agregar valor adicional conforme a etapa de produção, sendo que em cada etapa haverá a aplicação de insumo e trabalho, e o pagamento desses será integrado ao valor adicional do produto. Dessa maneira, esse procedimento irá se sucedendo nas próximas etapas de forma que o valor adicional antecessor passa ser um custo para o responsável da etapa seguinte, onde as atividades com um valor agregado elevado estão em etapas iniciais e finais da cadeia, enquanto as atividades relacionadas à produção possuem menor valor agregado (CHESNAIS, 1996).

A atuação principal das CGV está relacionada com as etapas produtivas de maior valorização, como por exemplo a tecnologia e mão de obra qualificada, características dos centros capitalistas. Para os países periféricos, ficam direcionadas ações menos complexas, dada pela simplificação tecnológica e nos processos rotineiros realizados pelos trabalhadores desses países, em que a mão de obra se apresenta com menor custo e condições de trabalho precárias, em compensação não se exige qualificação profissional (DEDECCA, 1997).

A submissão dos países periféricos às exigências do capital transnacional (a partir da promoção de baixos salários e redução dos encargos trabalhistas) facilitou o deslocamento dos elos da cadeia produtiva intensivos em trabalho para a periferia, derivado do surgimento de

redes de subcontratação relacionadas às instituições transnacionais. Essa condição permitiu o desmonte do Estado de bem-estar social nos países periféricos (POCHMANN, 2001).

Assim, para o autor supracitado, as grandes empresas em busca de custos mais baixos deslocam parte da sua capacidade produtiva para regiões periféricas, diminuindo custos e obtendo uma maior lucratividade. Os países periféricos e semiperiféricos, na iniciativa de atrair as corporações transnacionais ampliam a desregulamentação trabalhista na busca de reduzir o custo do trabalho causando uma piora na distribuição da renda e nas condições de emprego, as quais em curto espaço de tempo se tornam precárias.

Por último, é importante mencionar que, concomitantemente aos processos de reestruturação produtiva e a distribuição dos elos das CGV, a financeirização da economia<sup>4</sup> coadjuvou para a diminuição dos investimentos, haja vista que as rendas sobre as transações financeiras passaram a ter mais peso nos lucros da empresa em relação aos resultados das atividades de produção. Esta nova lógica de comportamento empresarial foi possível em função da desregulamentação financeira ocorrida nos anos de 1980, após a queda do acordo de Bretton Woods (BELLUZZO, 2004).

Sob a dinâmica da financeirização, as empresas não financeiras migram da retórica do padrão fordista de “reter e investir”, de forma a aumentar a estrutura produtiva, à “diminuir e distribuir” o capital. As empresas passaram a concentrar-se nas atividades produtivas mais rentáveis, isto é, naquelas que aumentam o valor acionário da empresa, enfraquecendo os investimentos de longo prazo. Paralelamente, direcionaram os lucros da atividade de produção para a compra de ações para aumentar a rentabilidade de seus fundos. Esta nova dinâmica modificou a forma de administração das organizações na qual estas empresas buscam assegurar a rentabilidade financeira, em detrimento da produtividade (POCHMANN, 2001).

A maior rentabilidade no menor tempo advinda de ativos com maior liquidez guiaram a alocação de capital dos denominados “investidores institucionais”. Pois destes ativos com maior liquidez é possível se desfazer rapidamente diante de conjunturas desfavoráveis, o que não acontece com os investimentos produtivos. Estes investidores ao possuir enormes massas de capital influenciam de forma determinante o comportamento das empresas, a dinâmica dos mercados dentre os quais o mercado de trabalho (BRAGA, 1993). Nesse contexto as

---

<sup>4</sup> A financeirização é um novo processo de acumulação no capitalismo contemporâneo que consiste na possibilidade de obter rápidos e maiores lucros em aplicações financeiras.

operações financeiras cresceram mais que a atividade produtiva, resultando em uma diminuição do nível de investimento produtivo, afetando o emprego e a renda.

Visto essas mudanças a nível mundial na economia contemporânea, é preciso retratar as particularidades do Brasil. Na seção a seguir destacamos os governos FHC e Lula e suas relações com o emprego no período de 1995 a 2010.

### 3. METODOLOGIA

Esta seção busca apresentar os procedimentos metodológicos para a realização da monografia e está subdividida em três tópicos: Delineamento de pesquisa; Procedimento de coleta de dados; e, Procedimento de análise de dados.

#### 3.1. DELINEAMENTO DA PESQUISA

Tendo em vista os objetivos do presente estudo, esta pesquisa caracteriza-se como bibliográfica e descritiva. Para Gil (2002), pesquisas classificadas como bibliográficas têm por base o acesso a materiais já desenvolvidos, constituídos por livros e artigos científicos, fundamentais para o embasamento teórico. A pesquisa descritiva tem como principal finalidade descrever as características de determinado fenômeno, ou seja, a pesquisa descritiva permite ao pesquisador interpretar e analisar informações já existentes para que se possa estabelecer relações entre variáveis. Este estudo em específico é caracterizado como bibliográfico e descritivo pelo fato de se basear em um conteúdo bibliográfico para poder descrever as condicionantes do fenômeno desemprego.

No que se refere ao procedimento de coleta de dados, este estudo se classifica como um levantamento de dados secundários. Este tipo de procedimento vale-se de dados que já foram coletados mas não receberam ainda um tratamento analítico, ou seja, estudos com base no levantamento de dados secundários usufruem de materiais de análises pouco aprofundadas e possibilita a interpretação de dados e informações buscando atender aos objetivos de estudo. Com base nesta definição, a presente pesquisa efetuou levantamento de dados relacionados às condicionantes que afetaram a taxa de desemprego nos governos FHC e Lula no período de 1995 a 2010 (LAKATOS, 2003).

No que tange ao processo de análise da dados, esta pesquisa se baseia em uma análise qualitativa, que busca a interpretação analítica dos dados referentes aos elementos que afetam o comportamento da taxa de desemprego em dois momentos: dos governos Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio da Lula da Silva.

#### 3.2. PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS

Em relação ao procedimento de coleta de dados, o presente estudo se baseia no levantamento de dados secundários. Desse modo, foram levantados os dados de desemprego e de investimentos referentes aos governos FHC e Lula (1995 à 2010), constantes nas bases de dados do governo federal.

Os dados ligados ao desemprego são disponibilizados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) por meio da PME (Pesquisa Mensal de Emprego), já os dados de investimentos, PIB, taxa de juros e taxa de câmbio são ofertados pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). Quanto aos dados pertinentes ao saldo da balança comercial por intensidade tecnológica foram extraídos da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), já os dados referentes a composição das exportações foram referenciadas de pesquisas já realizadas, como é o caso de Garrido (2008). E foram estas as fontes acessadas para a obtenção das informações utilizadas no estudo.

### 3.3. PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DE DADOS

Como já mencionado, a análise de dados ocorreu de forma qualitativa realizando uma análise comparativa da taxa de desemprego aberto dos governos FHC e Lula, evidenciando seus condicionantes no contexto econômico de cada governo. Os dados serão apresentados a partir de gráficos, permitindo realizar uma análise qualitativa mais detalhada.

A análise foi feita a partir dos dados da taxa de desemprego aberto do período estudado, levando em consideração o condicionante de emprego, ou seja, a partir da taxa de investimento a preços correntes, obtida a partir da relação entre a formação bruta de capital fixo e o PIB anual nominal. Considerando também outros elementos que interferem no comportamento do emprego, como a taxa de câmbio e a taxa de juros, além da composição das exportações.

#### 4. ANÁLISES E RESULTADOS

Neste capítulo são apresentadas as informações obtidas com a pesquisa realizada nesta monografia procurando atender ao que foi proposto no problema de pesquisa e nos objetivos. Assim, além de identificar quais os principais condicionantes do desemprego nos governos FHC e Lula, considerando o período de 1995 até 2010, identificando as possíveis causas das diferenças no seu comportamento, nesta seção se busca efetuar a análise destes condicionantes.

O comportamento da taxa de desemprego em ambos os governos é influenciado por outras variáveis que se comportam de maneira distinta ao longo dos períodos. Essas variáveis serão abordadas em sequência e podem ser resumidas na taxa de investimento em cada governo, no desempenho do PIB, na taxa de juros, na taxa de câmbio, na evolução da valorização do salário mínimo e na composição do saldo da balança comercial.

Com base nisso, no primeiro tópico serão apresentados os dados referentes ao governo FHC, e como cada elemento se comporta, e no tópico seguinte serão apresentados os dados pertencentes ao governo Lula. Por fim, no tópico da seção de análises e resultados é realizada a comparação do comportamento dos dados pertinente aos dois governos, tendo em vista os objetivos deste estudo.

##### 4.1 CONJUNTURA BRASILEIRA NO PERÍODO DE 1995 A 2010

Neste tópico serão abordadas as particularidades dos governos de FHC e Lula, incluindo o cenário macroeconômico e as medidas usadas que impactaram positiva ou negativamente o emprego, permitindo analisar e fundamentar as oscilações da taxa de desemprego de 1995 a 2010. Neste contexto é necessário levar em consideração as mudanças do capitalismo, tais como aquelas mencionadas na seção anterior, à nível mundial para compreender como o Brasil reage a essas novas mudanças e como isso impacta o mercado de trabalho brasileiro. Para isso, o conteúdo está apresentado em ordem cronológica, a iniciar pelo governo FHC e a findar no governo Lula.

#### 4.3.1 Governo FHC

O governo FHC é compreendido de 1995 a 2002, sendo dividido em dois mandatos. O primeiro mandato foi marcado de 1995 a 1998, e o segundo de 1999 a 2002. A política econômica dos governos FHC, tem como principal característica a adesão às diretrizes do Consenso de Washington (1989). Apesar de que a implantação destas políticas foram iniciadas no governo Collor (1990-1992), é com o presidente FHC que se implantaram de forma plena, encerrando o modelo econômico instituído durante o processo de industrialização (FRANCO, 1998)..

No primeiro governo FHC junto às políticas de cunho liberal foi implementado o plano de estabilização monetária derivado do Plano Real que fundamentava-se na política cambial, fiscal e monetária, o qual consistia na sobrevalorização do real, na âncora cambial e no ajuste fiscal. A sobrevalorização do real resultou no aumento das importações e as exportações tornaram-se insuficientes para o pagamento em dólares, o que fez o governo aumentar a taxa de juros interna para dar conta do pagamento das importações, o que levou novamente à sobrevalorização cambial (IPEA, 2008).

Dada a contextualização do plano de estabilização monetária e com as ideias de Behring e Boschetti (2011), a seguir destaca-se de maneira simplificada os principais eixos da política neoliberal derivadas do Consenso de Washington, e seus desdobramentos nos governos FHC:

1. Liberalização econômica por meio da abertura financeira com a entrada de fluxos de capitais e abertura comercial;
2. Privatizações dos ativos do Estado através de aquisições do patrimônio público;
3. Participação mínima do Estado em investimentos públicos e na criação de políticas industriais;
4. Reforma e desmonte do Estado como planejador e organizador econômico, deixando o livre mercado coordenar a economia;
5. Ajuste fiscal para controlar as contas públicas e estabilizar a economia com o objetivo de apresentar uma boa capacidade de pagamento por parte do Estado.

Os apoiadores das medidas neoliberais sustentam a ideia da abertura de fluxos de capitais e abertura comercial, onde o Investimento Extranjeiro Direto (IED) seria um fator primordial para industrializar o país e deixá-lo compatível com a concorrência externa. Neste discurso, a abertura comercial desafiaria a indústria interna a concorrer ao seu mesmo nível, incentivando sua modernização e produtividade. A perspectiva era de que essa medida fosse renovar a base industrial e torná-la mais competitiva. Com a predominância das medidas neoliberais e com o apoio do Congresso Nacional, o governo FHC elaborou emendas à Constituição de 1988 que possibilitaram a liberação do IED e a privatização das estatais. A restrição do protecionismo juntamente com as privatizações atraíram IED, o qual, segundo a expectativa, patrocinaria o aumento das importações e impulsionaria a produtividade de todo o sistema produtivo do país (FRANCO, 1998).

No entanto, a abertura econômica em um país com um sistema industrial em processo de construção e cujo tecido produtivo se desenvolveu sem enfrentar a concorrência do mercado internacional, significou sua rápida fragilização, e a chegada de uma numerosa quantidade de importações colocou rapidamente em choque a produção nacional (BEHRING e BOSCHETTI, 2011).

Um grande volume de importações implicou diretamente no fechamento de diversas indústrias internas que não conseguiam concorrer. O capital estrangeiro aqui instalado passa a demandar maior parte de seus insumos de suas filiais estrangeiras, o que piora o fluxo de saída de dólar do Brasil, desestabilizando a balança de pagamentos. Uma vez que essas filiais ou outras empresas estrangeiras têm larga escala de produção com custos decrescentes, com os quais a indústria interna é incapaz de concorrer, demandando daqui apenas insumos mais simples que exigem força de trabalho menos qualificada (BEHRING e BOSCHETTI, 2011).

Quando a economia é aberta para o capital estrangeiro passa haver um forte processo de fusões e aquisições de empresas já existentes e uma intensa privatização do patrimônio público por meio da compra dos ativos que antes pertenciam ao Estado. Estes fatores resultaram na redução do investimento, pois o capital estrangeiro não realiza novos investimentos, ele apenas adquire patrimônios já existentes. No caso dos patrimônios públicos estes são adquiridos por meio da privatização, e no caso dos patrimônios privados muitos destes não resistiram à abertura econômica e à concorrência do capital estrangeiro aqui instalado (BIONDI, 2003).

As privatizações dos ativos produtivos do Estado resultaram na desnacionalização de

empresas estratégicas, as quais são caracterizadas como indústrias de base, que fornecem insumos para outras indústrias, os quais constituem produtos que garantem o processo de industrialização. Neste contexto, cabe destacar a privatização da atual Vale S.A., o sistema Telebrás, inclusive a Embratel e a Light Serviços de Eletricidade S.A. A justificativa do governo para o incentivo às privatizações fundamentava-se na premissa de que a dívida pública diminuiria e que as empresas privadas alavancariam o investimento. No entanto, esse propósito não comprovou-se na prática (FILGUEIRAS, 2000).

A liberação comercial e a abertura dos fluxos de capitais sem preservar as políticas voltadas às indústrias no âmbito interno, juntamente com a reformulação e a retirada do Estado na geração de políticas industriais perante a crescente concorrência da produção de bens importados, gerou um encolhimento da atividade industrial interna. Com o Estado afastado, sem proteger a indústria interna e sem realizar novos investimentos, o que se observa é uma restrição de maneira direta dos investimentos privados, os quais sempre foram alavancados pelo investimento público no Brasil (POCHMANN, 2006).

Para o autor supracitado, enquanto a nível mundial a área produtiva está passando por um processo de transição e reestruturação, sustentada por uma nova base técnica de produção, o Brasil não realiza investimentos públicos e tampouco efetiva políticas industriais que poderiam acompanhar a evolução da nova base técnica. No entanto, a indústria brasileira fica fragilizada, com uma articulação obsoleta, o que implica no fortalecimento de importação de bens e na abertura para o capital estrangeiro.

Na condição de Estado mínimo, os investimentos públicos e as políticas de industrialização, as quais seriam importantes para concorrer com o capital estrangeiro presente no país, não foram prioridades para o governo FHC. As políticas industriais no governo FHC se mostraram ausentes devido às medidas neoliberais que impunham o Estado mínimo, em que “[...] as empresas mais aptas sobreviveriam ao desafio da competitividade e seriam premiadas com a integração competitiva aos mercados globais, baseado na equivocada premissa de que a melhor política industrial é não ter política industrial [...]” (CANO; SILVA, 2010, p. 3).

Dadas as medidas neoliberais, o governo FHC também foi marcado pela reforma e desmonte do Estado em contraposição ao que havia sido proposto na Constituição de 1988. Essa reestruturação do Estado estava pautada em ajustes fiscais, os quais tinham por objetivo reduzir custos públicos. Devido à crise cambial que afetou o país em 1999, o ajuste fiscal foi

intensificado. Com a proposta de afastar-se do histórico inflacionário e permanecer na estabilidade monetária procedente do Plano Real (1994), o governo FHC passa a definir o tripé macroeconômico marcando seu segundo governo (1998-2002), composto pelo câmbio flutuante, por um conjunto de metas de controle da inflação, e por meio de grandes superávits primários (IPEA, 2008).

A alta taxa de juros do primeiro governo fez reduzir drasticamente o investimento produtivo. A inflação foi controlada pela valorização da moeda, a qual implicou no aumento das importações, e esse cenário fez com que se arruinasse o tecido produtivo nacional, e apesar do governo FHC não ter uma política industrial formalizada:

[...] Não há Política Industrial que consiga contrabalançar os efeitos perversos de uma política macroeconômica com taxa de câmbio e de juros persistentemente limitando a eficácia dos instrumentos de financiamento e aumentando a aversão ao risco empresarial. Do contrário, o binômio juro alto-câmbio valorizado pode ser o exterminador de nosso futuro, com a continuação da especialização regressiva da base produtiva e da perda de substância econômica, levando a um processo de desindustrialização do país [...] (CANO; SILVA, 2010, p. 20).

A sobrevalorização do real permitiu que se tornasse mais barato comprar no exterior do que no Brasil, fazendo com que a demanda efetiva não ficasse no país, e não gerasse novos investimentos, o que contribuiu para o aumento do desemprego do período. Com o aumento da taxa de juros, torna-se mais vantajoso realizar investimentos no mercado financeiro do que no mercado produtivo, atraindo o capital financeiro de empresas não financeiras. Além disso, a taxa de juros em alta fez com que a dívida pública aumentasse imediatamente, de modo que o Estado passou a priorizar o pagamento do juro da dívida e a destinar recursos de outras áreas para seu pagamento. Este cenário de juros altos fez com que houvesse uma gigantesca movimentação no mercado financeiro, causando uma paralisação de investimentos públicos e privados, os quais passaram a intensificar o processo de desindustrialização do país (GIAMBIAGI, 2005). O Estado, em relação à dívida externa:

(...) supostamente para combater seu crescimento, mas efetivamente para assegurar o pagamento dos juros, o governo FHC lançou-se em sucessivos ajustes fiscais, cujo único resultado foi o agravamento do desmonte do Estado nacional, com a deterioração dos serviços públicos e de sua capacidade de investimento, geração de emprego e crescimento (MATTOSO, 2000, p. 28).

Com o setor industrial interno desestruturado e fragilizado, o pagamento em dólares da grande quantidade de bens importados passou a se dar a partir da reprimarização da

economia. As alterações consideradas na comercialização externa conduziram para uma atividade econômica voltada à exportação de commodities, tendo em vista as vantagens comparativas dessa produção no Brasil (grandes extensões de terra) (CANO, 2012).

Desse modo, o Brasil passou a ocupar um dos elos das CGV, no qual o fornecimento da matéria prima é a posição escolhida. Neste elo as atividades apresentam um caráter de baixo valor agregado, com pouca tecnologia produtiva e mão de obra restrita, o que não permite alterar o cenário de alta taxa de desemprego e de reorientar a estrutura industrial brasileira para restabelecer os empregos formais perdidos durante a década de 1990 (CANO, 2012).

Para Antunes (2005), na fase intensa do neoliberalismo no governo FHC o desempenho econômico da época apresentou baixo investimento produtivo, onde o mercado de trabalho foi fortemente atingido pelo alto desemprego, pela alta informalidade e pela perda das negociações sindicais. As medidas neoliberais também restringiram a distribuição de recursos para a área social, caracterizando o desmonte do Estado de bem-estar social, e deslocaram atividades da área pública para a área privada. A este respeito

“O país da Era FHC é hoje um país socialmente devastado. Desindustrializado, submisso ao sistema financeiro internacional, paraíso produtivo das transnacionais que frequentemente se apoderam dos recursos públicos dos estados” (ANTUNES, 2005, p.46)

De maneira geral, neste cenário de Estado mínimo o mercado de trabalho foi fortemente atingido. Os impactos das medidas neoliberais no mercado de trabalho brasileiro estavam voltadas a desregulamentar e flexibilizar os direitos trabalhistas. As consequências dessas medidas sobre este mercado se fundamentam no aumento do desemprego e do emprego informal que caracterizam o mercado de trabalho no governo FHC. O neoliberalismo confronta uma resistência entre capital e trabalho, deixando o mercado de trabalho em condições precárias em função dos interesses do capital, o qual se apresenta como fator principal desse modelo (PINTO & BALANCO, 2008; FILGUEIRAS, 2006).

Compreendido o período de 1995 a 2002, referentes aos governos FHC, a seguir será apresentado os aspectos econômicos e políticos gerais dos governos Lula, de 2003 a 2010, para fundamentar as análises dos resultados desse período.

#### 4.3.2 Governo Lula

O governo Lula é compreendido no período de 2003 a 2010, subdividido em dois mandatos. O primeiro mandato corresponde de 2003 a 2006, já o segundo mandato de 2007 a 2010. O foco central da política macroeconômica do governo FHC, tal como o conjunto de metas de inflação, câmbio flutuante e superávit primário, manteve-se presente nos dois governos Lula. No segundo governo Lula passou a ser realizada uma política econômica mais flexível, através do uso de ações focadas no aumento do crédito ao consumidor, da aplicação de programas de distribuição de renda direta, do aumento real do salário mínimo, da criação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) juntamente com o aumento da participação do BNDES para incentivar investimentos nas áreas públicas e privadas (DELGADO, 2015).

Ainda para o mesmo autor, a trajetória macroeconômica dos governos Lula apresentou resultados positivos quando comparada com os governos anteriores, uma vez que entre os anos de 2003 e 2010 o valor do PIB brasileiro teve os melhores resultados desde os anos 1980. No período dos governos Lula pode-se observar o aumento do investimento, tanto no setor público como no privado, juntamente com o aumento do consumo das famílias.

O marco do primeiro governo Lula foi a valorização do salário mínimo, em que a situação do mercado de trabalho e das condições de emprego passaram a se alterar de forma considerável após 2004. No entanto, um aumento do salário mínimo em um cenário de crescente informalidade de emprego está ligada a uma visão ortodoxa da economia, na qual o acréscimo do salário mínimo resultaria na diminuição de emprego e no aumento do trabalho informal. O desempenho econômico atingindo níveis mais altos foi essencial para que as condições de emprego se recuperassem gradualmente, barrando alguns pontos desfavoráveis advindos da reestruturação produtiva, da flexibilização dos direitos trabalhistas e do domínio neoliberal no país (CANO e SILVA, 2010).

De acordo com os autores supracitados, o significativo crescimento das exportações, o alcance de um saldo positivo no comércio externo e o aumento do investimento estrangeiro no país, juntamente com a recuperação do cenário externo, fizeram com que a inflação passasse a se reduzir.

Com a conservação da vitalidade exportadora definida pela economia mundial, os efeitos multiplicadores derivados do comércio externo em relação à demanda interna,

acompanhada da adoção de medidas de alargamento de acesso ao crédito, derivou na elevação de transferências de renda para populações pobres e no aumento do salário mínimo, resultando em uma maior demanda, o que explica as melhores colocações do PIB brasileiro do primeiro governo Lula.

A elevação da população ocupada no primeiro governo Lula se caracterizou em maior parte na geração de emprego assalariado formal. De acordo com os dados da PNAD dentre os anos de 2004 a 2006 os empregos formais encontravam-se 5,5 % no setor público e 9,7% no setor privado, e a quantidade de empregadores teve uma elevação ainda mais significativa, de 13,7%. No mesmo período, as ocupações com menores remunerações, tal como o trabalho doméstico, o emprego assalariado sem carteira assinada, o emprego por conta própria e o emprego não remunerado, cresceram em proporções menores, retratando que as melhores ocupações apresentam um aumento mais significativo do que as ocupações consideradas não as melhores. Com o desenvolvimento da formalização de emprego, do aumento real do salário mínimo e a melhora nas condições de emprego, essas ocupações consideradas mais precárias passaram a alcançar melhores remunerações(POCHMANN, 2006).

No segundo governo Lula a participação do Estado se torna fundamental para promover o desenvolvimento, em que a condução do BNDES passa a ficar mais qualificada e com enfoque desenvolvimentista, recebendo mais recursos e relevância política. A partir de 2007 as taxas de crescimento do país tiveram um aumento considerável com aumento da renda e do acesso ao crédito pelas famílias mais pobres, seja por meio do Programa Bolsa Família, acompanhado do aumento real do salário mínimo e da geração de empregos, o que resulta em maior poder de compra para este grupo da população. O crescimento econômico não se deu apenas pelo investimento do setor privado, mas também pelo setor público que investia fortemente no PAC. Neste contexto, a conduta observada entre o primeiro e o segundo governo Lula, as medidas macroeconômicas passam a se desviar cada vez mais do conservadorismo e se direcionar para a geração de políticas econômicas desenvolvimentistas (CANO e SILVA, 2010).

O crescimento do PIB juntamente com o apoio à agricultura familiar, com o aumento real do salário mínimo, com a ampliação do acesso ao crédito, com o Bolsa Família, com o alargamento de créditos do BNDES e com os benefícios obtidos pelos trabalhadores em negociações coletivas, favorecem para um restabelecimento das relações de emprego e do

mercado de trabalho brasileiro e sua intensificação a partir de 2006, mesmo com a crise internacional de 2008 (CAMPOS, 2008).

De acordo com os dados do PNAD (2004; 2009), de 2004 a 2009, o emprego assalariado com ou sem carteira assinada teve um importante aumento, onde a População Economicamente Ativa (PEA) foi de 51,3% para 53,7% e a movimentação de crescimento de emprego assalariado de 16,7% se apresentou superior ao PEA com 11,5%. Tendo em vista o emprego composto pelo setor público, do privado formal e dos militares, nota-se que o movimento de ampliação de 24,3% ficou ainda mais alto do que o do assalariamento. Ao relacionar com a PEA essa área formal pulou de 38,2% para 42,5% do valor do PEA no mesmo período, indicando uma significativa formalização de empregos no Brasil. Fora o crescimento do trabalho assalariado e da formalização, o conjunto ocupacional também apresentou uma melhora pelo declínio das atividades informais e/ou precárias, onde o composto dos trabalhadores assalariados sem carteira assinada, dos trabalhadores por conta própria e dos domésticos sem remuneração mostraram uma expressiva redução percentual do PEA, passando de 51,1% em 2004 para 43,3% em 2009.

Durante os dois governos Lula é importante destacar que suas políticas públicas e suas negociações com a atividade sindical contribuíram para restaurar e melhorar o mercado de trabalho e as relações de emprego no Brasil, em que a ampliação da formalidade enfatizou a dimensão de políticas voltadas à regulação trabalhista. Houve também um forte enfrentamento do emprego forçado e do trabalho infantil, este último tendo um vínculo direto com o Programa Bolsa Família. O estabelecimento do salário mínimo pelo governo juntamente com a figura sindical, os quais estavam voltados às políticas de estabilização do salário mínimo que decorreu em um crescimento em torno de 50% do poder de compra entre 2003 a 2010, foram ações que contribuíram para resultados positivos neste período (GALVÃO, 2010).

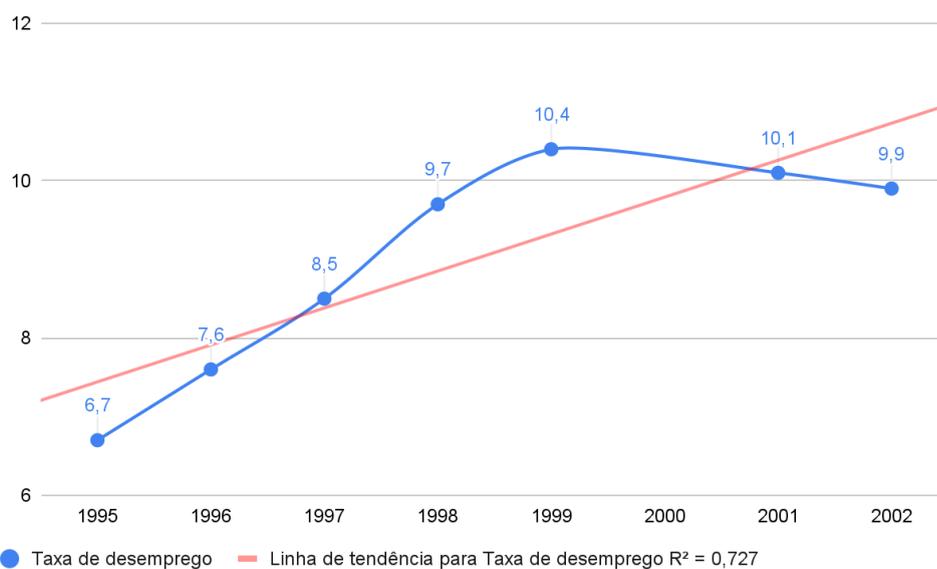
De acordo com o autor recém citado, cabe destacar também, que os empregos pelo setor público aumentaram de forma significativa em diversas áreas, juntamente com a restauração salarial e valorização do funcionário público. As organizações federais de financiamento também foram fundamentais, resultando em significativas medidas de elevação de emprego e renda nas atividades dos demais setores econômicos.

Por fim, visto o embasamento teórico deste estudo, o qual será necessário para a construção das análises e resultados, a seguir será apresentada a metodologia utilizada para a realização dessa pesquisa.

#### 4.2 CONDICIONANTES DO DESEMPREGO NO GOVERNO FHC

Como já mencionado no decorrer deste trabalho, a taxa de desemprego nos governos FHC se apresentou de maneira crescente em seus dois mandatos. De acordo com os dados esboçados no Gráfico 1, em 1995 o primeiro governo FHC iniciou com uma taxa de desemprego de 6,7%, alcançando uma taxa acima de 10% em seu segundo governo. Esses resultados sobre o emprego estão diretamente relacionados com a adoção do modelo neoliberal, cujas medidas debilitaram o mercado de trabalho, conforme foi mencionado no capítulo 2.

**Gráfico 1:** Taxa de desemprego nos governos FHC



5

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do Ipeadata, 2021.

De acordo com o Gráfico 1, a taxa crescente de desemprego no governo FHC pode ser fundamentada por diversos fatores, que somados resultam da decadência da geração e preservação de empregos do período. De acordo com Behring e Boschetti (2011) a adoção do neoliberalismo como modelo econômico foi o principal elemento que justifica uma linha de

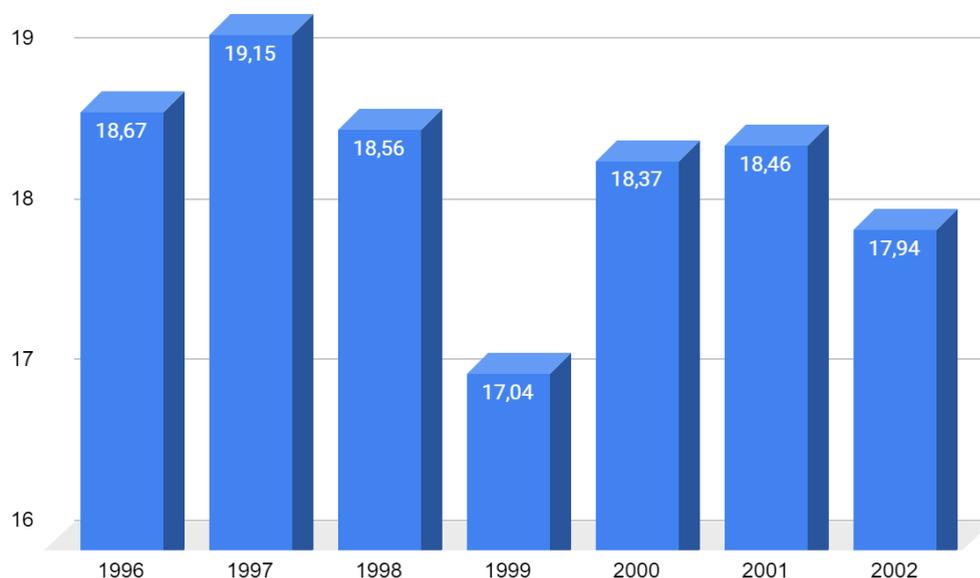
<sup>5</sup> Dados não calculados para os anos de Censo Demográfico, em que a Pnad foi interrompida pelo IBGE. Série interrompida

tendência crescente do desemprego neste governo, o que alavancou outros elementos que agravaram as condições do mercado de trabalho.

A tendência do desemprego crescente nos governos FHC pode ser fundamentada pelo baixo investimento produtivo no setor industrial. Em um cenário de desmonte do Estado de bem-estar social derivado da adoção do neoliberalismo, no qual as políticas industriais para fomentar o investimento produtivo são reduzidas, afetando diretamente a geração de emprego (MATTOSO, 2000).

Em se tratando do investimento produtivo, a FBCF é o fluxo de acréscimos ao estoque de capital fixo realizados a cada período, visando ao aumento da capacidade produtiva do país. De acordo com os dados do Ipea, extraídos das Contas Nacionais Trimestrais do IBGE, a porcentagem de investimentos em relação ao PIB, que é a relação entre a formação bruta de capital fixo (FBCF) e o produto interno bruto (PIB) a preços correntes, apresentou redução, como pode ser visualizado no Gráfico 2.

**Gráfico 2:** Participação do investimento no PIB FBCF/PIB no governo FHC (%)<sup>6</sup>



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do Ipeadata, 2021.

Com base no Gráfico 2, a taxa de investimento FBCF/PIB (%) se apresentou com uma linha de tendência decrescente nos governos FHC, passando de 18,67% em 1995 para

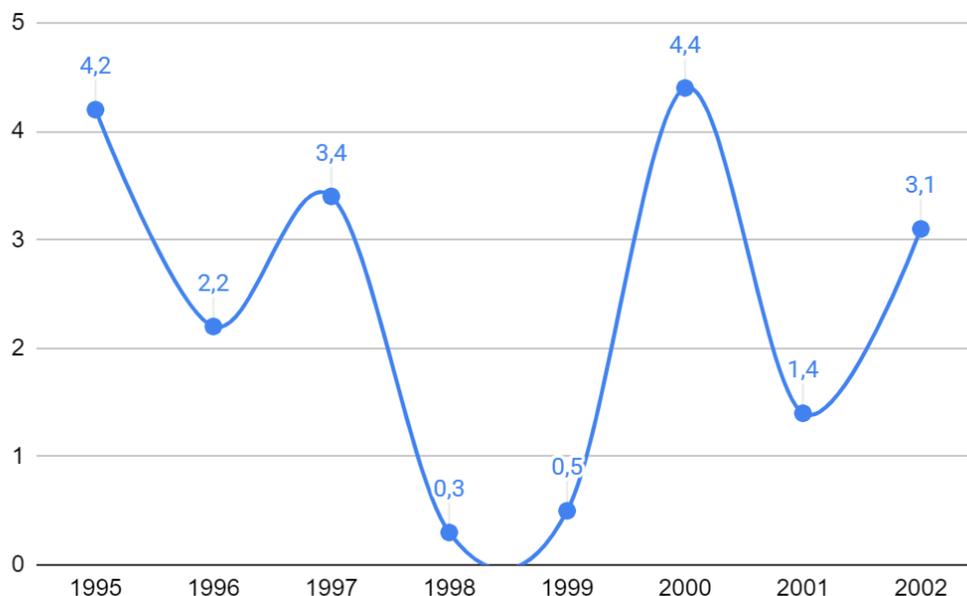
<sup>6</sup> Dado de 1995 não disponível na base de dados.

17,04% em 1999, findando seu segundo mandato com a participação do investimento no PIB em 17,94%.

Dado o neoliberalismo aqui instalado, o baixo grau de novos investimentos no governo FHC se deu a partir da abertura comercial. Sobre este aspecto, Cano e Silva (2010) apontam que a falta de uma política industrial, o baixo grau de investimento público do período e a incapacidade da indústria brasileira em concorrer com o capital estrangeiro, resultou nas aquisições, por parte das transnacionais, de empresas já existentes que não resistiram a esse cenário, fragilizando a indústria interna e justificando os resultados demonstrados no Gráfico 2.

Comparando a participação do investimento no PIB (gráfico 2) com a taxa de desemprego nos governos FHC (gráfico 1) é possível notar que quanto menor é a participação do investimento no PIB maior está o nível de desemprego. Em 1996, quando a taxa de participação FBCF/PIB teve o seu melhor resultado em 18,87%, a taxa de desemprego se mostrava em um dos seus menores graus de todo o período, com 7,6%. Da mesma forma, quando a participação FBCF/PIB se apresentou com seu menor índice em 1999 com 17,04%, a taxa de desemprego estava em 10,4%, o maior de todos os governos FHC.

Além da tendência decrescente da participação do investimento produtivo no PIB a taxa de crescimento do PIB nos governos FHC, representada no Gráfico 3, não se apresenta com alterações positivas consideráveis, variando sua taxa de crescimento em uma mínima de 0,3% e uma máxima de 4,4%. O crescimento médio em seu primeiro governo foi de 2,5% ao ano, caindo para 2,35% ao ano em seu segundo governo.

**Gráfico 3.** Taxa de crescimento do PIB no governo FHC (%)

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do Ipeadata, 2021.

Analisando o Gráfico 3, é possível notar a que a taxa de crescimento do PIB nos governos FHC apresentou taxas baixas, tendo seus menores percentuais de crescimento em 1998 e 1999. Neste período houve a crise cambial, que como medida a âncora cambial foi substituída pelo câmbio flutuante, o que levou a uma pequena melhora na taxa de crescimento do PIB, alcançando sua maior taxa em 2000, com 4,4% ao ano, mas em 2001 a taxa caiu novamente, agora para 1,4% ao ano.

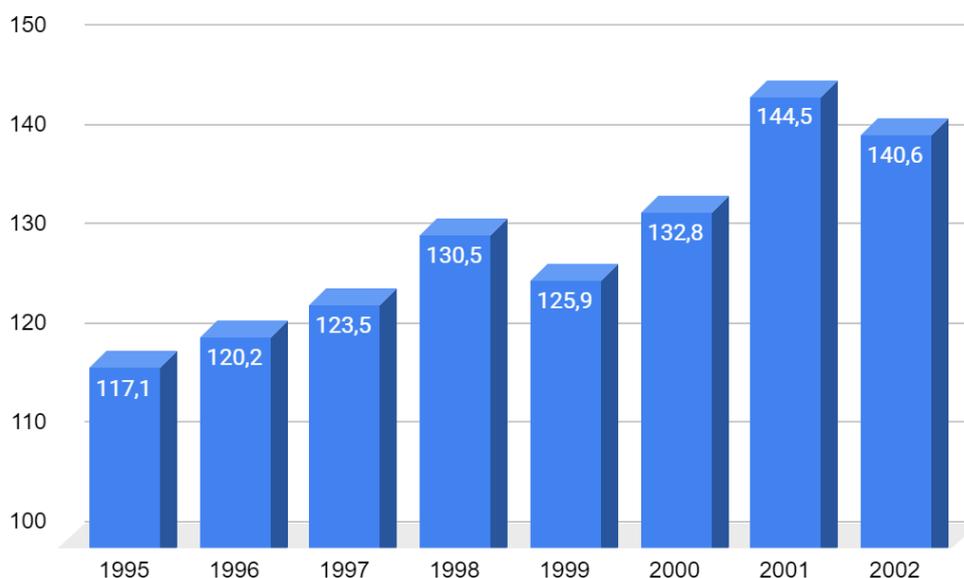
Esse cenário de baixo crescimento econômico, que marca os governos FHC, é resultado das ações neoliberais impostas na década de 1990, principalmente da abertura econômica, que como resultado fragilizou a indústria interna, e conseqüentemente sua produtividade, apresentando baixas taxas de crescimento no PIB (BIONDI, 2003).

Em relação ao desemprego, a taxa de crescimento do PIB também apresenta resultados opostos. Toda vez que a taxa de crescimento do PIB apresenta menores valores a taxa de desemprego aumenta, como ocorreu nos anos de 1998, 1999 e 2001. Da mesma forma que uma elevação na taxa de crescimento do PIB reduz o grau de desemprego, como é o caso no ano de 1995.

Observando o comportamento do salário mínimo nos governos FHC, o Gráfico 4 apresenta a evolução dessa variável que é determinante no poder de compra da população, e

que gera efeitos na economia. Os resultados apresentados no gráfico indicam a evolução percentual do salário mínimo considerando como valor base aquele praticado em 1994. O primeiro governo FHC iniciou em 1995 com uma variação real de 17,1% no salário mínimo, e finda seu primeiro mandato com uma variação de 30,5% de acordo com o ano base. Seu segundo governo inicia com uma queda de 4,6 pontos percentuais comparando com o percentual do ano anterior, e atinge seu auge em 2001 com o salário mínimo real em uma variação de 44,5% do seu ano base.

**Gráfico 4.** Evolução do salário mínimo real no governo FHC (ano base 1994=100)



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do Ipeadata, 2021.

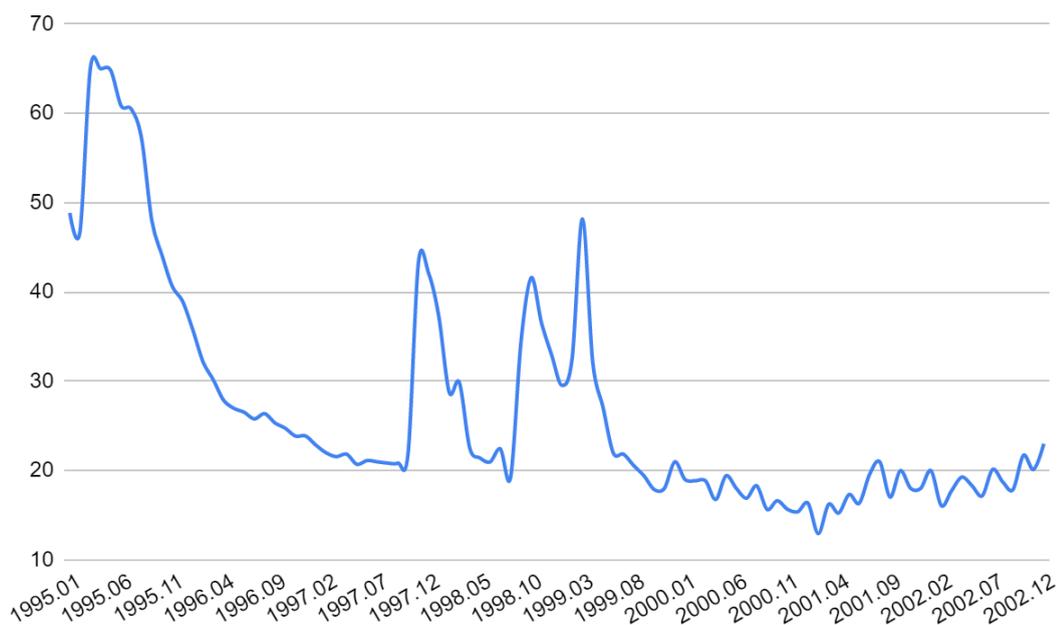
Os dados do gráfico 4 indicam que o valor real do salário mínimo, considerando como valor base aquele praticado em 1994, aumentou em 40,6% no período de oito anos. Como já visto anteriormente, o poder de compra das famílias está diretamente ligado à geração de demanda efetiva que ajuda a impulsionar o investimento. No entanto, essa elevação não é capaz de melhorar a situação do mercado de trabalho, visto que as condições de emprego desse período são precarizadas a partir da adoção do modelo neoliberal no país (PINTO & BALANCO, 2008; FILGUEIRAS, 2006).

O aumento no valor real do salário mínimo é importante para que os trabalhadores possam manter ou melhorar suas condições de acesso aos bens e serviços, bem como contribuir para um melhor desempenho econômico. No governo FHC a evolução do salário mínimo apresentou uma tendência crescente ainda que em taxas baixas se considerado o

período total do governo. Entretanto, como neste período a taxa de desemprego apresentou taxas crescentes, constata-se que menor número de trabalhadores puderam acessar a evolução do salário mínimo observada.

Quanto à taxa de juros dos governos FHC, considerando a variação da taxa Selic, são observadas altas taxas como mostra o Gráfico 5. A alta na taxa de juros desse governo foi uma medida que tentou atrair capital estrangeiro para então cumprir o pagamento das massivas importações derivadas da valorização cambial. O primeiro ano do primeiro mandato FHC é marco histórico, no qual foram observadas as mais altas taxas de juros Selic, chegando a quase 70%. Em 1996 a taxa se reduz, e volta a crescer, de maneira inferior, entre 1997 e 1999, oscilando em torno de 45%. A partir de 1999, a taxa Selic se estabiliza em uma faixa de variação em torno de 20% até o fim de seu segundo governo.

**Gráfico 5.** Taxa de juros Selic no governo FHC (em meses selecionados).



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do Ipeadata, 2021.

Esses valores altos na taxa de juros Selic, principalmente no primeiro ano FHC como mostra o Gráfico 5, trouxe um efeito multiplicador controverso em outros setores da economia. Retomando as falas de Giambiagi (2005), a taxa de juros em alta fez com que houvesse a paralisação de investimentos públicos e privados na área produtiva, migrando o

investimento produtivo para o investimento financeiro, sendo outro fator que impacta no setor produtivo, e logo, na geração de emprego e de bons indicadores econômicos.

Fora o primeiro ano do governo FHC, as altas taxas de juros também impactaram na elevação do desemprego. O período entre 1997 a 1999, no qual houve as maiores taxas de juros, também foi o período com maiores taxas de desemprego,. Esta relação pode ser explicada pelo fato de que a maior taxa de juros resulta na suspensão do investimento produtivo e na ampliação do investimento financeiro, desfavorecendo o setor produtivo, o que resulta no aumento do desemprego, ou seja, quanto maior a taxa de juros menor o investimento e maior o desemprego.

Além da alta taxa de juros da época, a valorização do real, como mostra o Gráfico 6, também foi um fenômeno que impactou significativamente na geração de investimentos. Até meados de 1997, a taxa de câmbio estava abaixo de R\$ 1,00, o que correspondia a uma valorização da moeda nacional em relação ao dólar.. Com a crise cambial de 1999, a taxa de câmbio passou a se elevar, com desvalorização do Real em relação ao dólar, chegando ao valor próximo de R\$ 4,00 para um dólar, no ano de 2002.

**Gráfico 6.** Taxa de câmbio nos governos FHC



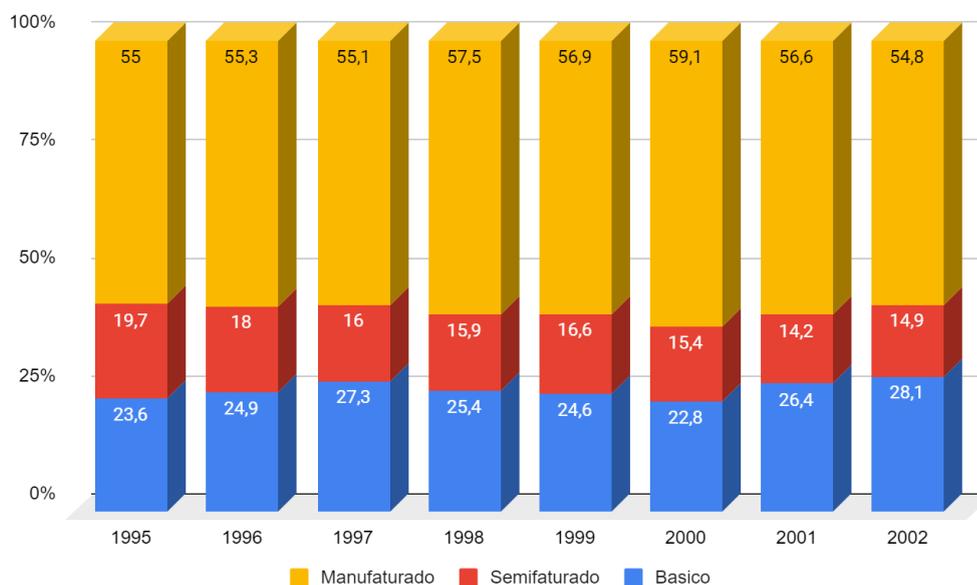
Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do Ipeatada, 2021

Com base nos dados apresentados no Gráfico 6, é reforçada a ideia de Giambiagi (2005) de que a valorização do real seria prejudicial para a produção interna, uma vez que

estimula as importações. Isso porque, com o real valorizado fica mais barato comprar do exterior, passa haver uma intensa quantidade de produtos importados, o que acaba afetando negativamente a demanda efetiva da indústria interna, e assim pode diminuir o número de empregados ou elevar a taxa de desemprego.

Com a taxa de câmbio fixada e tendo em vista a valorização do real até 1999, a taxa de desemprego teve um grande salto, disparando de 6,7% em 1995 para 10,4% em 1999. Esse cenário é resultado da vantagem em importar produtos do exterior pelo valor do real em relação ao dólar no período. A partir de 1999, quando a taxa de câmbio passa a ser flutuante, a taxa de desemprego começa a diminuir, isso porque o dólar passa a ficar mais caro, sendo necessários mais reais para cada dólar. Consequentemente a importação de produtos estrangeiros passa a ser mais cara o que permite uma retomada na demanda pela indústria interna, que é quem gera empregos no país.

Seguindo na linha de raciocínio estabelecida para a análise, em se tratando da composição das exportações, apresentada no Gráfico 7, é notável que a sua trajetória é marcada por uma leve redução do percentual de produtos com maior valor agregado, ou seja, de produtos industrializados. Em contraposição é apresentado uma crescente participação de produtos básicos no volume exportado, o que caracteriza o aumento das exportações de commodities no período.

**Gráfico 7.** Composição das exportações (% do total) no governo FHC.

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados de GARRIDO, 2008.

De acordo com os dados do Gráfico 7, a participação dos produtos básicos na composição das exportações saltou de 23,6% em 1995 para 28,1% em 2002, enquanto os produtos semifaturados, que compunham 19,7% em 1995, reduziram-se para 14,9% no último ano de seu governo. Já os produtos manufaturados compunham 55% das exportações em 1995, chegando em 2002 com 54,8%.

Reforçando as ideias de Behring e Boschetti (2011), esses dados são reflexos da fragilização da indústria interna, que devido a abertura ao capital estrangeiro se tornou menos competitiva, ao mesmo tempo em que se passou a estimular a reprimarização da pauta exportadora brasileira, com estímulo para a geração de saldo positivos na balança comercial a partir da exportação de produtos básicos. O incentivo a produção e exportação de commodities é um dos fenômenos que implica diretamente no emprego, pois diferentemente da produção industrial, a produção de produtos básicos não gera emprego em massa.

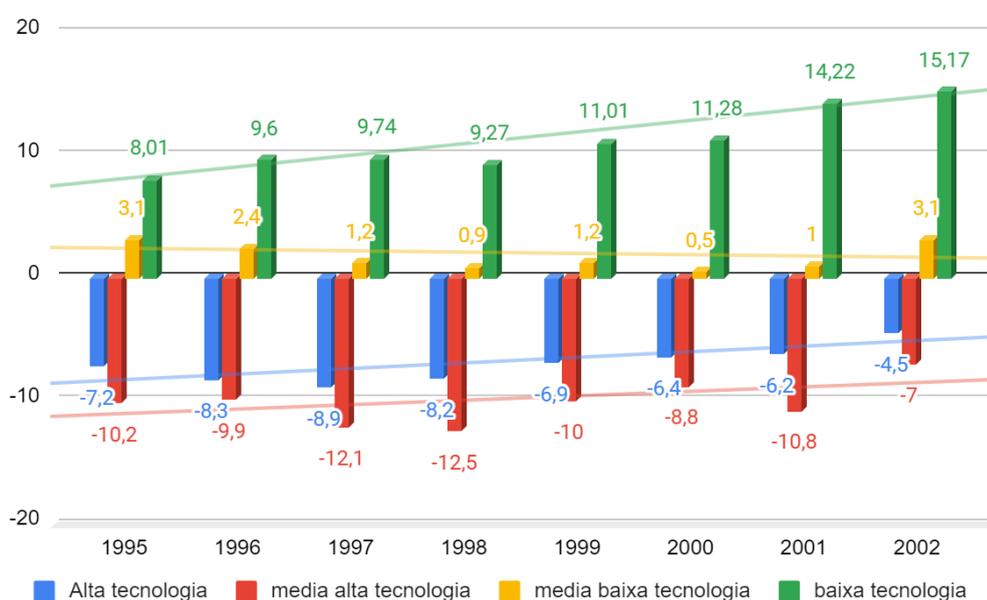
O Gráfico 8 apresenta o saldo da balança comercial por intensidade tecnológica o qual indica um crescente déficit comercial em produtos de maior valor agregado. Os itens de alta tecnologia sofrem uma degradação, apresentando o saldo comercial negativo ao longo do período. Em 1995 este saldo é de US\$ -7,2 saltando para US\$ -4,5 bilhões em 2002.

Os produtos de média-alta tecnologia também mostraram um saldo negativo ao longo

de todo o período, tendo seus piores resultados em 1997 e 1998, variando de US\$12,1 para US\$ 12,5 bilhões respectivamente. O saldo da balança comercial por produtos de média-baixa tecnologia se apresentou positivo no decorrer de todo o período, oscilando entre US\$ 0,5 e US\$ 3,1 bilhões.

De todas as categorias de intensidade tecnológica, os itens de baixa tecnologia, como produtos manufaturados e commodities, apresentaram o melhor comportamento com tendência de crescimento ao longo da série, saltando de US\$ 8,01 bilhões em 1995 para 15,17 bilhões em 2002.

**Gráfico 8.** Saldo da balança comercial por intensidade tecnológica no governo FHC (US\$ FOB bilhões).



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do SECEX/MDIC, 2021.

Os dados do gráfico 8 indicam que o saldo da balança comercial nos produtos de baixa e média baixa tecnologia foram superavitários no período, com tendência de crescimento maior na baixa tecnologia. Por outro lado, nos itens de alta e média alta tecnologia em todo o período houve déficit comercial (importações superando exportações). Esse cenário é reflexo da base de exportação brasileira, a qual é caracterizada por produtos agrícolas, o que foi reforçado a cada ano do governo FHC. Em um cenário de desindustrialização e de aprimoramento da produção de commodities, foram reforçados os resultados para o desemprego no período, com taxas crescentes, conforme indicado no gráfico 3.

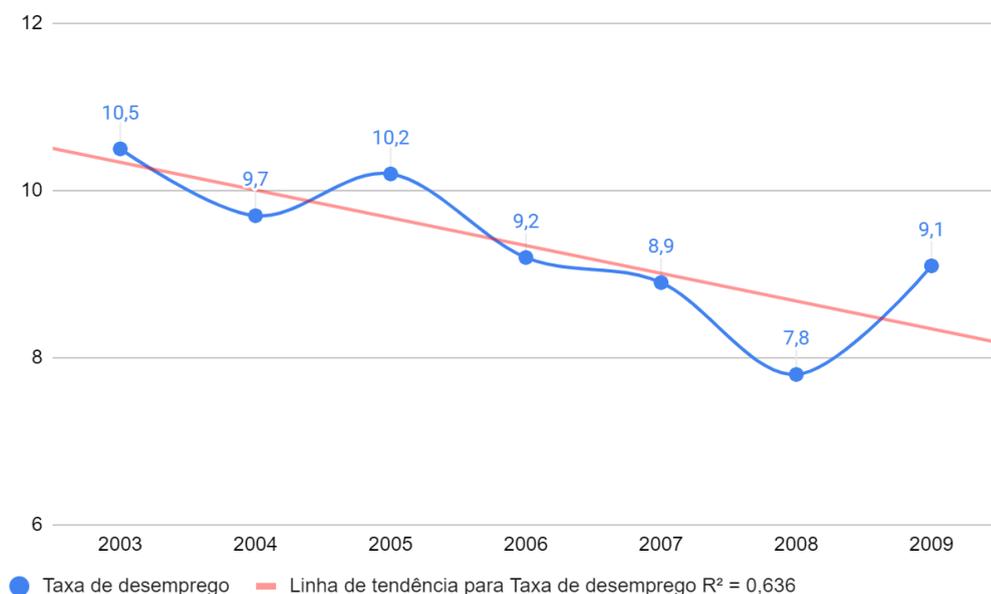
Todos esses resultados, observados durante os governos de FHC, são reflexos das

políticas neoliberais aqui impostas a partir da década de 1990. A proteção à indústria interna por meio de subsídios e de políticas industriais não foram aprimoradas nesses governos, tendo efeitos multiplicadores arrasadores na economia e em seus indicadores socioeconômicos. Toda essa contextualização do cenário econômico nos governos FHC reflete na precarização da indústria e na produtividade interna, e logo, na precarização do mercado de trabalho brasileiro, restringindo os postos de trabalho e as condições de emprego. Sem incentivos a investimentos na indústria interna, não há geração de empregos, não há renda, não há consumo e não há demanda efetiva, tornando este um círculo virtuoso de resultados econômicos nada otimistas (POCHMANN, 2006).

Visto os elementos que interferem diretamente sobre o emprego nos governos FHC, cabe destacar na próxima seção os resultados sobre as mesmas variáveis compreendidas nos governos Lula.

#### 4.3 CONDICIONANTES DO DESEMPREGO NO GOVERNO LULA

Com um comportamento distinto daquele observado nos observados na seção anterior, nos governos Lula observou-se uma tendência decrescente na taxa de desemprego. O Gráfico 9 mostra que seu o governo de Lula é iniciado com uma taxa de desemprego de 10,5% Percentual que vai declinando até chegar em 7,8% no ano de 2008.

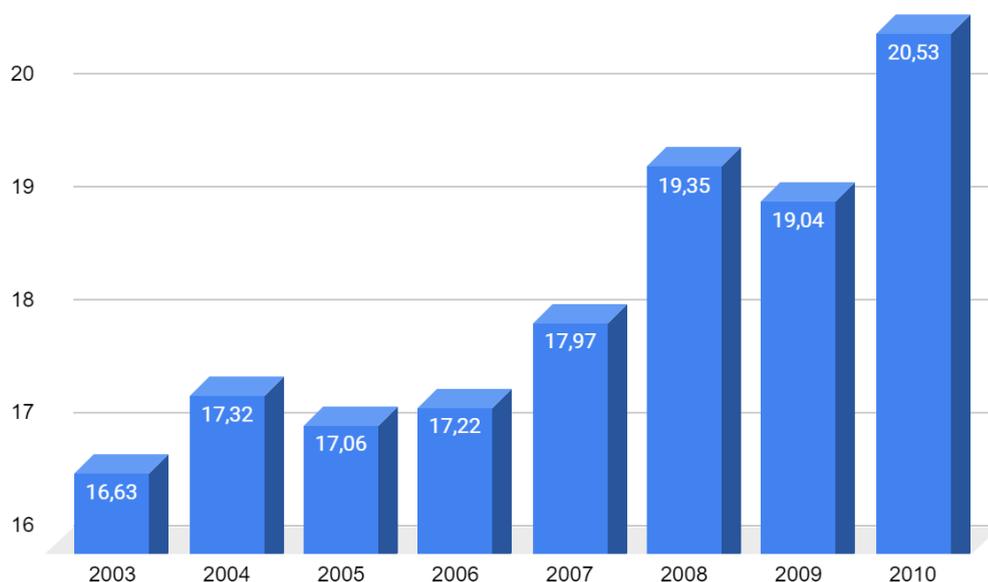
**Gráfico 9:** Taxa de desemprego nos governos Lula<sup>7</sup>

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do Ipeadata, 2021.

Esses resultados sobre o desemprego nos governos Lula permitem retomar as ideias de Cano e Silva (2010), segundo os quais a condução positiva em relação ao emprego se dá a partir do afastamento de diretrizes neoliberais. Nessa condição, o governo Lula passa a retomar de maneira limitada o Estado de bem estar social em algumas áreas, como a geração e formalização de empregos a partir do investimento público e de incentivos ao investimento produtivo privado.

Quando se trata do investimento nos governos Lula, é possível notar uma elevação na participação do investimento no PIB, como mostra o Gráfico 10. O primeiro governo Lula inicia com uma taxa de participação de FBCF em 16,63% do PIB, sendo esta a mais baixa taxa do período. Com uma linha de tendência crescente, finda seu primeiro governo com uma taxa de 17,22%. Seu segundo governo é marcado por significativos crescimentos na participação FBCF/PIB, apresentando em 2007 uma taxa de 17,97% para alcançar 20,53% no último ano de seu governo.

<sup>7</sup> Dados não calculados para os anos de Censo Demográfico, em que a Pnad foi interrompida pelo IBGE. Série interrompida.

**Gráfico 10:** Participação do investimento no PIB FBCF/PIB no governo Lula (%)

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do Ipeadata, 2021.

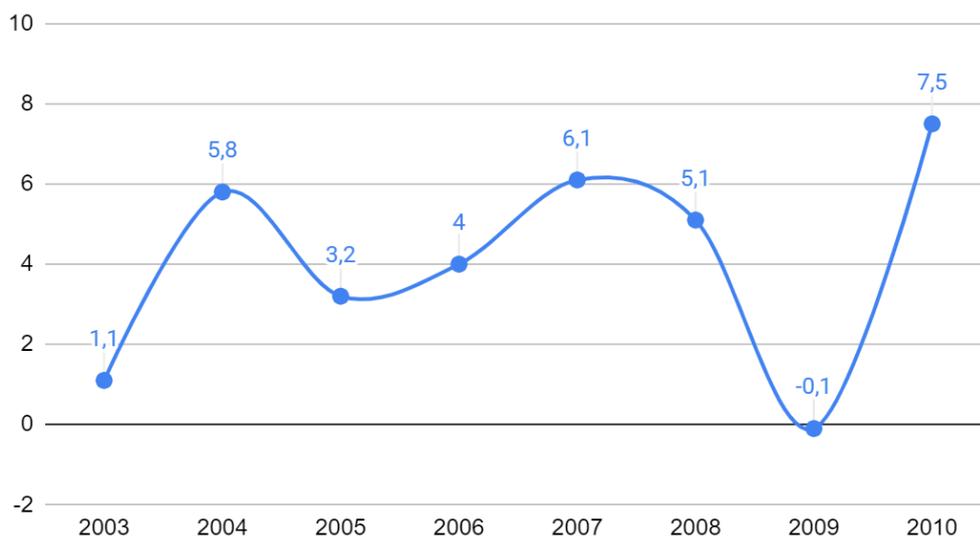
A tendência crescente na participação da FBCF/PIB, principalmente no segundo governo Lula, está diretamente ligada ao papel que o Estado desempenha para promover o desenvolvimento, apoiada por uma maior atuação no BNDES, tratando a visão desenvolvimentista com mais relevância. O aumento significativo da taxa de participação da FBCF/PIB são resultados da ampliação do acesso ao crédito e da adoção de programas de distribuição de renda. O aumento dos investimentos não se deu somente pelos investimentos privados, mas também pelos investimentos públicos, os quais sempre alavancaram os privados (CANO e SILVA, 2010).

Ao comparar a taxa de investimentos (FBCF/PIB) com a taxa de desemprego, observa-se que na medida em que cresce este tipo de investimento, diminui a taxa de desemprego, podendo ser esta uma evidência da importância do investimento público para a geração de empregos. Um exemplo pode ser visualizado no ano de 2008, quando a taxa de FBCF/PIB foi de 19,35% (uma das mais altas do período) e a taxa de desemprego foi de 7,8% (a mais baixa do período).

Se tratando do PIB, durante os governos Lula foram alcançadas taxas mais altas se comparadas aos governos de FHC. Enquanto neste governo a maior taxa de crescimento do

PIB ocorreu em 2000 com 4,4%, nos governos Lula em quatro anos distintos (2004, 2007, 2008, 2020) a taxa foi maior, conforme pode ser observado no Gráfico 11.

**Gráfico 11.** Taxa de crescimento do PIB no governo Lula (%)



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do Ipeadata, 2021.

De acordo com o Gráfico 11, o primeiro governo Lula inicia com uma taxa de crescimento do PIB em 1,1%, e sobe para 5,8% em 2004. Em 2007, no início do seu segundo governo, essa variação chegou a 6,1%, caindo para -0,1% em 2009 com efeitos da crise internacional de 2008. No entanto, finda seu último governo com uma variação positiva em 7,5%.

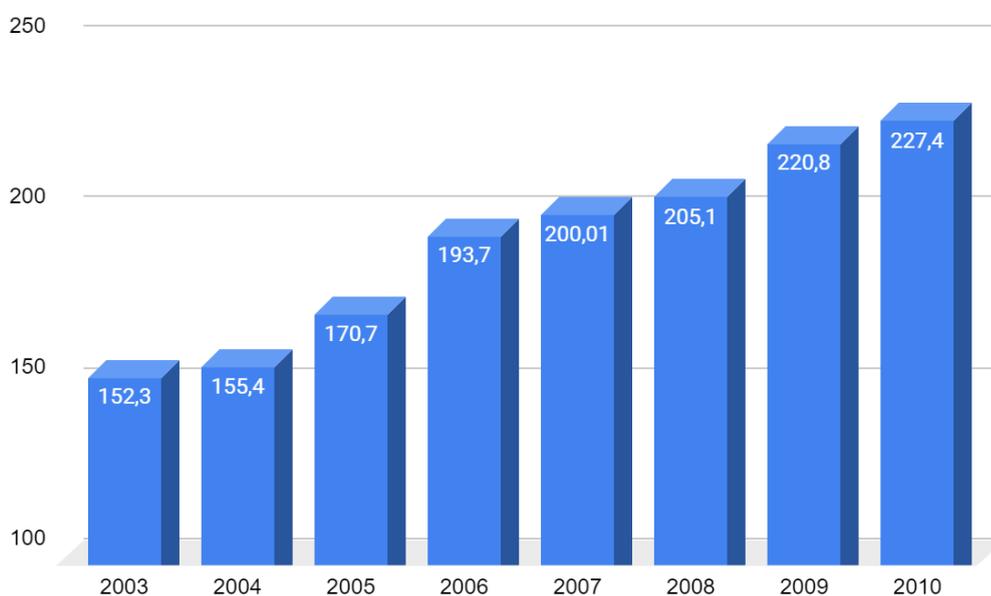
A linha de tendência crescente no crescimento do PIB nos governos Lula está relacionada ao aumento do investimento público no país e ao aumento das exportações que permaneceu elevado até 2008. Em 2009 a economia brasileira é marcada pelos efeitos da crise internacional impactando em uma taxa de crescimento do PIB negativa, em 0,1% ao ano. Ainda nesse cenário houve uma valorização cambial que resultou no aumento das importações e afetou a participação da indústria interna no mercado internacional. Para Cano & Silva (2010, p.17): “A crise internacional, além dos efeitos negativos sobre as decisões de investimento, derrubou as exportações brasileiras, com implicações diretas sobre o nível de atividade econômica” (CANO & Silva, 2010).

Em uma trajetória histórica, com os melhores desempenhos do PIB, o primeiro governo Lula é findado com uma taxa média de crescimento em 4% ao ano, e findando seu

segundo mandato com o auge da taxa de crescimento, com 7,5% ao ano, sustentado pelo maior afastamento das políticas neoliberais e pelo crescimento da demanda interna através de incentivos públicos.

Comparando a taxa de crescimento do PIB com a taxa de desemprego, é possível observar a relação inversa entre as duas. Assim, nos anos de 2004, 2007 e 2008, por exemplo, quando as taxas de crescimento do PIB foram as maiores, constata-se que as taxas de desemprego caem. A valorização do salário mínimo foi um dos grandes marcos do governo Lula, que juntamente com outros elementos, foram capazes de reativar a demanda agregada de maneira a melhorar as condições econômicas. De acordo com o Gráfico 12, utilizando o ano de 1994 como ano base o governo Lula inicia em 2003 com uma valorização de 52,3% e finda seu primeiro mandato com uma taxa de crescimento real do salário mínimo de 93,7% quando comparado o valor do salário deste ano com o de 1994. No término de seu segundo governo Lula o valor aquisitivo do salário mínimo é 127,4% superior aquele que era vigente em 1994.

**Gráfico 12.** Evolução do salário mínimo real no governo Lula (ano base 1994=100)



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do Ipeadata, 2021.

Essa variação real no salário mínimo representa o afastamento das medidas neoliberais impostas no governo anterior, resultando em um avanço para o mercado de

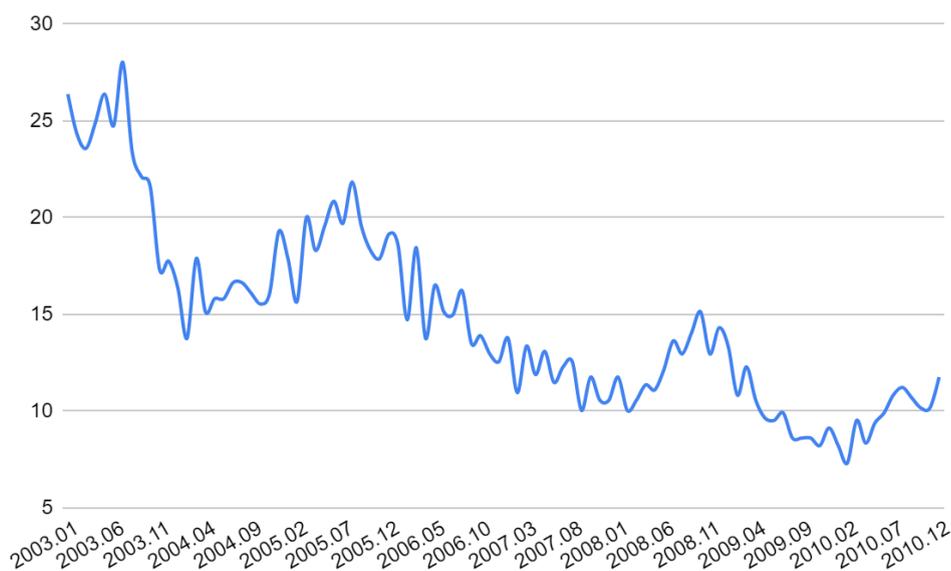
trabalho e conseqüentemente para a economia, derivando no aumento do poder de compra da população, o qual é um elemento principal para a demanda efetiva (POCHMANN, 2006). Para fins comparativos cabe destacar que nos governos FHC a maior taxa de valorização do salário mínimo foi de 44,5% e aconteceu no ano de 2001, tendo sido menores do que todos os anos em que Lula governou, conforme pode ser visualizado no gráfico 12.

Tendo em vista que as taxas de desemprego nos governos Lula diminuíram em paralelo com a evolução positiva do salário mínimo, se pode afirmar que estes fatores contribuíram para um melhor desempenho econômico ao longo do período. Esse cenário se traduz em um maior percentual da população empregada com salários valorizados, aumentando o poder de compra dos trabalhadores.

A valorização do salário mínimo juntamente com a ampliação do acesso ao crédito foram fundamentais para a trajetória positiva em relação ao emprego nos governos Lula. Esses elementos somados, interferiram de maneira direta no aumento do consumo das famílias e gerou a demanda efetiva, fomentando o investimento produtivo, e logo no aumento de postos de trabalho (CANO e SILVA, 2010).

A taxa de juros praticada nos governos Lula apresentou uma tendência decrescente ao longo do período considerado. No Gráfico 13 é possível observar a evolução da taxa básica de juros Selic entre os anos de 2003 e 2010, a qual, no início do primeiro governo estava em torno de 25% passando a declinar até chegar em 10% no último ano de governo em 2010.

**Gráfico 13.** Taxa de juros Selic no governo Lula (meses selecionados).



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do Ipeadata, 2021.

Esse desempenho da taxa de juros, como esboça o Gráfico 13, fez com que as aplicações no mercado financeiro não se tornassem tão vantajosas quanto o investimento na área produtiva. Com isso há boas expectativas em relação à geração de novos investimentos produtivos, tanto na área pública quanto privada, além de custos mais baixos para o financiamento desses investimentos (CANO e SILVA, 2010).

Com base nestas evidências, é observada significativa diferença entre a taxa de juros Selic dos governos FHC e Lula, e é possível perceber que a linha de tendência decrescente para a taxa de juros no governo Lula acompanha a linha de tendência decrescente para o desemprego no decorrer do período deste governo.

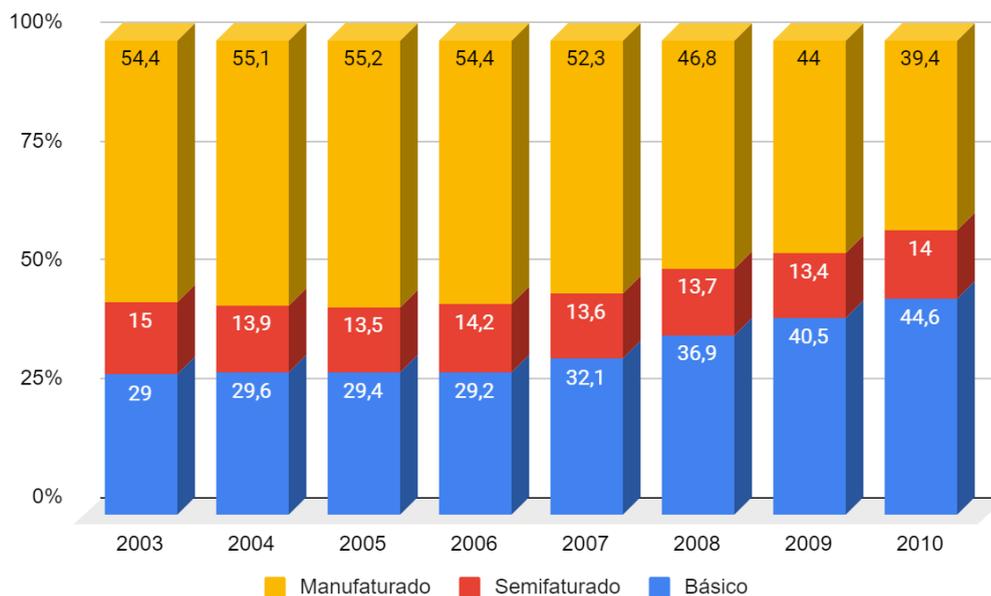
Outro elemento importante que afeta a geração de investimento e emprego é o comportamento da taxa de câmbio nos governos Lula, como é possível observar no Gráfico 14. No primeiro ano do governo Lula o dólar estava cotado em aproximadamente R\$ 3,00, valor que apresentou tendência decrescente ao longo do período, uma vez que em 2010 eram necessários apenas R\$ 1,85 para a aquisição de um dólar, correspondendo a uma queda na taxa de câmbio (valor do dólar em reais) próxima de 50% nos oito anos de governo Lula.

**Gráfico 14.** Taxa de câmbio nos governos Lula

Fonte: Ipeadata, 2021.

A taxa de câmbio nos governos Lula apresentou sentido decrescente, assim como a taxa de desemprego. A princípio a valorização cambial, com redução na taxa de câmbio, que se observa no governo Lula corresponderia a um estímulo para o aumento das importações o que por sua vez também poderia comprometer a indústria nacional.

Em se tratando dos produtos que compõem as exportações, como mostra o Gráfico 15, no período do governo Lula observa-se que a taxa de exportação de produtos básicos passa de 29% para 44,6% na composição total das exportações, sendo que no segundo governo é que o crescimento é mais acentuado. Como a participação dos semimanufaturados diminuiu 1% no período, observa-se um declínio mais acentuado na participação dos manufaturados na composição total das exportações. Enquanto em 2003 estes respondiam por 54,4% das exportações, no ano de 2010 correspondem a 39,4%.

**Gráfico 15.** Composição das exportações (% do total) no governo Lula.

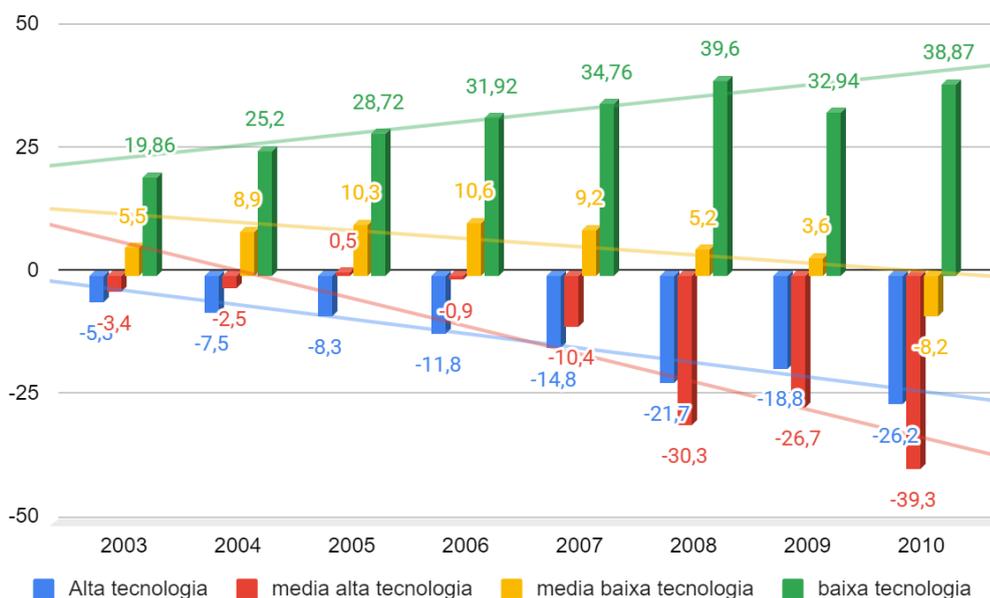
Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados de GARRIDO, 2008

No Gráfico 15 fica claro que nas exportações há uma reprimarização da economia sendo explicado pelo crescimento no volume de exportação de commodities. Esse fenômeno foi marcante nesse governo, caracterizando-se como uma reprimarização da pauta exportadora brasileira com maior impacto, e na dependência de importação de produtos de maior tecnologia.

Ao observar o saldo da balança comercial por intensidade tecnológica, no gráfico 16, indica que na maior parte do período considerado houve superávit no comércio de bens de média baixa<sup>8</sup> e baixa tecnologia. Ao mesmo tempo, o saldo comercial de bens com alta e média alta tecnologia apresenta déficit. Somente os produtos com baixa tecnologia é que apresentam tendência de aumento na participação junto ao saldo comercial superavitário. Estes resultados, infelizmente, confirmam escolhas pela reprimarização da economia, com estímulo à exportação de produtos primários, que utilizam baixa tecnologia e cuja contribuição na geração de empregos pode ser menor. Ou seja, mesmo no governo Lula, quando a atuação do Estado na economia é mais presente, o fortalecimento de uma indústria com maior agregação de valor não se constituiu em realidade.

<sup>8</sup> A exceção foi no ano de 2010 quando houve déficit comercial para produtos de média baixa tecnologia.

**Gráfico 16.** Saldo da balança comercial por intensidade tecnológica no governo Lula (US\$ FOB bilhões).



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do SECEX/MDIC, 2021.

Apesar de que a produção de commodities não seja fundamentada por gerar grande quantidade de emprego, o desemprego teve uma tendência decrescente ao mesmo tempo em que o foco produtivo para exportação foi dado pela reprimarização. Analisando juntamente a composição das exportações (gráfico 15) com o saldo da balança comercial por intensidade tecnológica (gráfico 16) é possível perceber que a crescente composição de produtos básicos com baixa tecnologia empregada está voltada para a intensificação da reprimarização da pauta exportadora ao longo dos governos Lula.

Mesmo focada em produtos básicos e com baixa tecnologia, a balança comercial apresentou um saldo global positivo o que fez diminuir os riscos e incertezas de investidores estrangeiros, os quais intensificaram os investimentos no país (CANO e SILVA, 2010).

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo como base o objetivo geral deste estudo fundamentada na análise dos principais condicionantes do desemprego para os governos FHC e Lula, a presente monografia trouxe uma análise geral de fatores que implicam diretamente sobre emprego, sendo eles a participação do investimento no PIB (FBCF/PIB), taxa de crescimento do PIB, a evolução do salário mínimo, a taxa de juros, a taxa de câmbio, a composição das exportações e o saldo da balança comercial por intensidade tecnológica. Esses elementos foram fundamentais para compreender o comportamento do emprego em cada governo, os quais se relacionam diretamente sobre o mesmo.

Para atingir o objetivo geral, o primeiro objetivo específico é sustentado em identificar as principais condicionantes a nível global implicadas nas alterações da evolução do desemprego no capitalismo contemporâneo. Este objetivo se fez presente no embasamento teórico, mais precisamente na seção 2.2, onde aborda as transformações produtivas e a dinâmica do emprego na economia contemporânea, sustentada pela reestruturação produtiva e as cadeias globais de valor a nível mundial.

O segundo objetivo específico, sustentou-se em apresentar os processos internos vinculados à evolução do desemprego nos governos FHC e Lula. Esse objetivo apresentou-se na seção 2.3, onde aborda a conjuntura brasileira no período de 1995 a 2010, trazendo um leque geral do contexto econômico do período de cada governo em particular, evidenciando principalmente como fator externo a reprimarização da pauta exportadora, e definindo uma posição nas CGV.

Por fim, o terceiro objetivo específico se preocupou em analisar os fatores internos e externos que explicam as diferenças no comportamento do desemprego nos governos FHC e Lula. Esse objetivo foi apresentado na seção 4, onde foi possível realizar as análises dos resultados encontrados em torno dos determinantes do emprego para cada período, e ainda analisar a influência de cada elemento com o desemprego.

Apesar dos objetivos deste presente estudo serem alcançados, uma das dificuldades encontradas ao longo do trabalho foi na busca de dados. Devido a isso, a escolha da extração de dados do Ipeadata se apresentou de modo mais eficiente, tendo em vista que o próprio instituto recolhe dados de outras organizações e oferece-os de maneira mais padronizada e facilitada para estudos e pesquisas.

Outro fato importante é considerar que a construção deste trabalho esteve em meio a pandemia da COVID-19, na qual devastou com a vida de milhares de pessoas no mundo todo e que ainda vem devastando. Com tudo isso, assimilar a perda de entes queridos e ainda enfrentar o isolamento social foi a maior e a pior dificuldade encontrada para a elaboração desse trabalho.

Por fim, vale considerar que esse estudo sobre o desemprego no Brasil nesse período é uma pequena referência em torno dessa temática. Ainda ficam questões a serem tratadas, como por exemplo, a qualidade e condições do emprego gerado nos governos FHC e Lula, o aumento da informalidade de emprego, o qual pode ser compreendido como um escape ao desemprego, e também como evoluiu as questões de seguridade social aos trabalhadores ao longo desse período. Esses assuntos que complementam a abordagem desta monografia ficam de sugestão para estudos futuros, contribuindo ainda mais para enriquecer o meio acadêmico com pesquisas que se referem a uma temática muito importante, desde de antes dos governos FHC até a atualidade.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **A Desertificação Neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2001.

BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade, e PRONI, Marcelo Wishaupt. **Sobre o regime de trabalho no Brasil**. In: OLIVEIRA, Carlos Alonso B., MATTOSO, Jorge Eduardo Levi (orgs.). Crise e trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado? São Paulo: Scritta, 1996. Disponível em: <<https://www.eco.unicamp.br/images/publicacoes/Livros/geral/Crise%20e%20trabalho%20no%20Brasil%20modernidade%20ou%20volta%20ao%20passado.pdf>>. Acesso em: 04 ago. 2020.

BELLUZZO, L. G. M. **Ensaio sobre o capitalismo no século XX**. São Paulo: Ed. Unesp; Campinas (SP): Ed. Unicamp, Instituto de Economia, 2004.

BEHRING, Elaine Rosseti. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003

BEHRING, Elaine Rossetti e BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 9ª edição. São Paulo: Cortez, 2011.

BIONDI, Aloysio. **O Brasil privatizado II**. O assalto das privatizações continua. 3ed. São Paulo. Fundação Perseu Abramo. 2003. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/services/e-books/Aloysio%20Biondi-1.pdf>>. Acesso em> 03 de fev. 2021.

BRAGA, J. C. S. **A financeirização da riqueza**. Economia e Sociedade, Campinas, n. 2, p. 25-57, ago. 1993.

BUSNELLO, Ronaldo. **Reestruturação produtiva, neoliberalismo e flexibilização dos direitos trabalhistas no Brasil dos anos 90**: reestruturação produtiva e flexibilização dos direitos trabalhistas. 2003. Disponível em: <<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/revistadireitoemdebate/article/viewFile/800/518>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

CAGED, Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. 2021

CANO, Wilson. A desindustrialização no Brasil. Economia e Sociedade, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 831-851, dez. 2012.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**, Tradução Silvana Finzi Foá, São Paulo. Xamã, 1996.

COHN, Amélia. **As políticas sociais no governo FHC**. In: Tempo Social. Revista Sociol. da USP, São Paulo, n.11 (2): p. 183 – 197, out./ 1999.

CAMPOS, A.G. **Novos aspectos da regulação do trabalho no Brasil**. Qual é o papel do Estado? Rio de Janeiro: Ipea, 2008. Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_1407.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1407.pdf)>. Acesso em 03 ago. 2020

CANO, Wilson. **Raízes da industrialização brasileiro**. São Paulo: Hucitec, 1990.

CANO, Wilson, e SILVA, Ana Lucia Gonçalves da. **Política industrial do governo Lula**. São Paulo. Texto para Discussão. IE/UNICAMP n. 181, julho 2010. Disponível em <<https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/1811/texto181.pdf>> Acesso em: 03 fev. 2021

CARDOSO JUNIOR, José Celso. **Reforma do Estado e desregulamentação do trabalho no Brasil, nos anos 90**. Ensaio Fee, Porto Alegre, v. 2, n. 23, p. 899-922, 2002. Disponível em: <<https://revistas.dee.spgg.rs.gov.br/index.php/ensaios/article/download/2046/2428>>. Acesso em: 03 ago. 2020.

CARVALHO FRANCO, M. S. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Kairós, 1983.

CARVALHO, Fernando J. C. de. **Equilíbrio fiscal e política econômica keynesiana**. Análise Econômica. Porto Alegre: Revista Análise Econômica, 2008.

CORIAT, Benjamin. **Automação programável: novas formas e conceitos de organização da produção**. São Paulo: Hucitec, 1988

DEDECCA, Cláudio Salvadori. **Notas sobre a Evolução do Mercado de Trabalho no Brasil**. Revista de Economia Política, [s. l], v. 25, n. 1, p. 113-130, 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rep/v25n1/1809-4538-rep-25-01-113.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2020

DEDECCA, Claudio Salvadori. **Racionalização econômica, emprego e relações de trabalho no capitalismo avançado**. 1997. 206 f. Tese (Doutorado) - Curso de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/285992>>. Acesso em 16 ago. 2020.

DEDECCA, Claudio Salvadori. **Trabalho, financeirização e desigualdade**. Texto para Discussão. IE/UNICAMP, Campinas, n. 174, abr. 2010. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=1804&tp=a>>. Acesso em: 22 jul. 2020.

DELGADO, Mauricio Godinho. **Entre o Paradigma da Destruição e os Caminhos de Reconstrução**. 2 ed. São Paulo. Editora Ltda, 2015.

DIEESE. **O processo de terceirização e seus efeitos sobre os trabalhadores no Brasil**. São Paulo: Dieese, 2003. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/relatoriotecnico/2007/terceirizacao.pdf>> Acesso em: 23 jul. 2020.

DILLARD, Dudley. **A teoria econômica de John Maynard Keynes**. 3 ed. São Paulo. Pioneira, 1982.

ESPING-ANDERSEN, G. **As três economias políticas do Welfare State**. Lua Nova, n. 24, São Paulo: CEDEC, 1991.

FILGUEIRAS, Luiz. **História do Plano Real: fundamentos, impactos e contradições**. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2006.

FILGUEIRAS, Luiz. **Modelo Liberal-Periférico e Bloco de Poder: Política e Dinâmica Macroeconômica nos Governos Lula**. In: Os Anos Lula: Contribuições para um Balanço Crítico 2003-2010. Rio de Janeiro. Editora Garamond, p. 35-69, 2010

GALVÃO, A. **O movimento sindical no governo Lula entre a divisão e a unidade**. V Congresso Latinoamericano de Ciência Política. Buenos Aires. 2010. Disponível em: <<https://cdsa.academica.org/000-036/574.pdf>>. Acesso em: 04 jun. 2020.

GARRIDO, Fabiano Lago. **Desindustrialização, mercado de trabalho e configuração do emprego industrial no Brasil (1995-2014)**. Universidade Estadual de Campina- Instituto de Economia. Campinas, 2018. Disponível em: <[file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Garrido\\_FabianoLago\\_D%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Garrido_FabianoLago_D%20(1).pdf)>. Acesso em: 22 mai 2021.

GIAMBIAGI, Fábio. “**Estabilização, Reformas e Desequilíbrios Macroeconômicos: Os Anos FHC**”. In GIAMBIAGI, Fábio; CASTRO, Lavínia Barros de; HERMANN, Jennifer; VILLELA, André (org.). **Economia brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo. Atlas, 2002.

GOMES, G.; CRUZ, C. A S. **Vinte anos de economia brasileira – 1995-2014**. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, 2015.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. “A transformação político-econômica do capitalismo do final do século XX”. Parte II, 1996.

HOLLOWAY, T. H. **Imigrantes para o café**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Desemprego**. 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 01 fev. 2021

IPEADATA- Instituto de pesquisa econômica aplicada. **Dados macroeconômicos e regionais**. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>

KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda** (Os economistas). São Paulo: Nova Cultural, 1996. Disponível em: <<http://www.afoiceeomartelo.com.br/posfsa/autores/Keynes,%20John/Keynes%20-%20Os%20economistas.pdf>>. Acesso em: 04 jun. 2020.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. - São Paulo. Atlas 2003.

LAPLANE, M.; SARTI, F. **Prometeu acorrentado**: O Brasil na indústria mundial no início do século XXI. Política Econômica em Foco, Campinas, n. 7, p. 271-291, novembro, 2005/abril, 2006.

LACERDA, Antônio Corrêa de et al. **Economia brasileira**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1761025/mod\\_folder/content/0/Economia%20Brasileira%20-%20Antonio%20Correa%20de%20Lacerda.pdf?forcedownload=1](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1761025/mod_folder/content/0/Economia%20Brasileira%20-%20Antonio%20Correa%20de%20Lacerda.pdf?forcedownload=1)>. Acesso 20 jul. 2020.

LOPREATO, Francisco Luiz C. **Aspectos da atuação estatal de FHC a Dilma**. Rio de Janeiro. Texto para Discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2015. Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3429/1/td\\_2039.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3429/1/td_2039.pdf)>

MACEDO e SILVA, A. C. **Macroeconomia sem equilíbrio**. Petrópolis (RJ): Vozes; Campinas (SP): Fecamp, 1999. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/285749>>. Acesso: 03 ago. 2020.

MANZANO, Marcelo; SALAS, Carlos. **Desarrollo al filo de la navaja: economía y trabajo en brasil**: 1995-2014. Revista de Economía Crítica, São Paulo, v. 21, n. 1, p.3-20, abr. 2016.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002. Disponível em: <<https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/208/o/para-alem-do-capital.pdf?1350933922>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

MATTOSO, Jorge. **A Desordem do Trabalho**. São Paulo: Scritta, 1995.

OLIVEIRA, Marco Antonio. **Reestruturação produtiva e mudanças nas relações de trabalho**. In: OLIVEIRA, Marco Antonio (org.). Economia & trabalho. Campinas: IE, 1998.

PINTO, E.; BALANCO, P. **O ajuste estrutural brasileiro dos anos 90**: a ampliação da desarticulação setorial e social. Caderno do CEAS, v.229, p. 39-70, 2008.

POCHMANN, Márcio. **O emprego na globalização**: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo, Boitempo, 2001.

POCHMANN, Márcio. Desempregados do Brasil. In: Antunes, Ricardo (Org.). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. 1.ed. São Paulo, Boitempo, 2006.

POCHMANN, Márcio. **O trabalho sob fogo cruzado**: exclusão, desemprego e precarização no final do século. São Paulo, Contexto, 1999.

SALERNO, Mario Sergio; DAHER, Talita. **Política industrial, tecnológica e de comércio exterior do Governo Federal**: balanço e perspectivas. Balanço e Perspectivas. Brasília, 2006. Disponível em:  
<[http://www.enfpt.org.br/acervo/documentos-do-pt/outros-documentos/politica\\_industrial\\_tecno\\_comercio\\_exterior-1.pdf](http://www.enfpt.org.br/acervo/documentos-do-pt/outros-documentos/politica_industrial_tecno_comercio_exterior-1.pdf)>. Acesso em: 23 set. 2020.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego**: diagnósticos e alternativas. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1999. Disponível em:  
<[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/868786/mod\\_resource/content/0/Paul%20Singer.%20Globaliza%C3%A7%C3%A3o%20e%20desemprego.%20Diagn%C3%B3sticos%20e%20alternativas.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/868786/mod_resource/content/0/Paul%20Singer.%20Globaliza%C3%A7%C3%A3o%20e%20desemprego.%20Diagn%C3%B3sticos%20e%20alternativas.pdf)>. Acesso em: 17 mai. 2020.

SOARES, Laura Tavares. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. São Paulo: Cortez, 2000. Coleção Questões da Nossa Época

TAFNER, Paulo. **Brasil o estado de uma nação**: mercado de trabalho, emprego e informalidade. Rio de Janeiro: Ipea, 2006. Disponível em:  
<[https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livro\\_brasil\\_desenv\\_en\\_2006.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livro_brasil_desenv_en_2006.pdf)> Acesso em: 17 mai. 2020.

THEODORO, M. O estado e os diferentes enfoques sobre o informal. (Texto para Discussão, n. 919). Brasília: Ipea, 2002

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **De FHC a Lula**: Uma década de política externa (1995-2005). **Civitas**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p.381-397, 2005. Trimestral. Disponível em:  
<<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/9/1602>> Acesso em: 15 de jun. 2020.